V CONGRESSO NACIONAL DA ABRAFH

Anais do Congresso 2026

V CONGRESSO
NACIONAL DA
ABRAFH
Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas

Ficha Técnica – Equipe de Organização

PRESIDENTE DO CONGRESSO: Toni Reis
COORDENAÇÃO GERAL: Renildo Barbosa
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA: Kalynka Oliveira
COORDENAÇÃO EXECUTIVA: Narcisio Rios Oliveira, Senhora Mar, Gilney Matos Mota, Jarele Santana Rocha e Rafaelly Wiest
COORDENAÇÃO CIENTÍFICA: Nilton Milanez
COORDENAÇÃO DE RELATORIA: Maria Ângela Strapasson
COORDENAÇÃO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: Alberto Schmitz II
EDITORAÇÃO: Gabriel Santinelli F. Godoy
DIAGRAMAÇÃO: Bruna Fernanda Barbosa da Silva

Coordenação de Simpósio

Simpósio I – "Famílias Dissidentes, Normatividades e Disputas de Poder": Prof. Dr. Paulo César García (UNEB)
Simpósio II – "Corpos, Sexualidades e Regimes de Controle": Prof. Dr. Gilberto Nazareno Telles Sobral (UNEB); Prof. Me. Dndo. Wesley Bahia Machado (UNEB)
Simpósio III – "Arte, Cultura e Estéticas Dissidentes: Produção, Resistência e Saberes": Prof. Dr. Nilton Milanez (UNEB); Profa. Ma. Dnda. Luzineide Vieira de Sousa (UNEB)

Comissão Científica

Prof. Dr. Gilberto Nazareno Telles Sobral (UNEB); Profa. Dra. Maristela Santini Martins (EE/USP); Prof. Dr. Nilton Milanez (UNEB); Prof. Dr. Paulo César García (UNEB); Prof. Dr. Gilney Matos Mota (Aliança Nacional LGBTI+); Prof. Me. Dndo. Renildo Barbosa (UNEB); Prof. Me. Dndo. Narcisio Rios Oliveira (EE/USP); Profa. Ma. Dnda. Luzineide Vieira de Sousa (UNEB); Prof. Me. Dndo. Wesley Bahia Machado (UNEB).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Congresso Nacional da ABRAF (5. : 2026 :
Salvador, BA)
Anais do V Congresso Nacional da ABRAFH [livro eletrônico] : Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas. -- Salvador, BA : ABRAFH, 2026.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-976528-0-8

1. Famílias 2. Direitos humanos 3. LGBTQIA+ - Siglas 4. Políticas públicas 5. Saúde pública I. Título.

26-374110.0 CDD-306.85

Índices para catálogo sistemático:

1. Família : Aspectos sociais 306.85

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Apresentação

O V Congresso da Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH) foi realizado na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador (BA), nos dias 21 e 22 de maio de 2026. O evento reuniu pesquisadoras e pesquisadores, profissionais de saúde, gestoras e gestores públicos, integrantes de movimentos sociais e famílias LGBTI+ em torno de mesas temáticas dedicadas à diversidade familiar, à memória e à produção cultural LGBTI+, à adoção e à reprodução, ao acolhimento institucional e à prevenção combinada ao HIV e a outras infecções sexualmente transmissíveis.

O presente relatório apresenta, em formato narrativo, a síntese das mesas realizadas no período da tarde do dia 21 de maio e no período da manhã do dia 22 de maio, com base nos registros de relatoria produzidos pela equipe de organização do Congresso.

Prefácio

A família talvez seja uma das mais antigas invenções humanas. Antes de ser uma instituição jurídica, religiosa ou política, ela foi abrigo. Antes de ser norma, foi afeto. Antes de ser conceito, foi necessidade. O ser humano, afinal, é um ser gregário: nasce dependente, cresce em comunidade e encontra no cuidado mútuo uma das razões de sua própria existência.

Ao longo da história, tentamos definir a família, delimitá-la e, por vezes, aprisioná-la em modelos únicos. Entretanto, a própria história insiste em nos ensinar que a vida é maior que as normas. Segundo os estudos do estudioso alemão Petzold, a humanidade conheceu centenas de formas de organização familiar. Pesquisas posteriores identificaram ao menos 196 composições familiares ao redor do mundo. O que as une não é a forma, mas a função: o cuidado, a solidariedade, a responsabilidade e o amor.

Foi sob essa perspectiva que realizamos o V Congresso Nacional da Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH), reunindo movimento social, academia, profissionais das mais diversas áreas e famílias de todo o Brasil. Durante dois dias intensos de reflexões, testemunhamos que a diversidade familiar não é uma exceção à regra: ela é a própria regra da experiência humana.

Debatemos adoção, reprodução assistida, parentalidades trans, acolhimento institucional, prevenção ao HIV e às ISTs, memória LGBTI+, linguagem jurídica acessível e políticas públicas. Escutamos relatos de dor e de esperança. Vimos crianças reivindicando o direito de terem suas mães reconhecidas pelo Estado, famílias enfrentando a burocracia e o preconceito, pesquisadores produzindo conhecimento e ativistas reafirmando que existir também é um ato político.

Em tempos de desinformação, é preciso afirmar, com serenidade e firmeza: as famílias LGBTI+ não representam ameaça às demais famílias. Não somos destruidores da família. Nunca fomos. O que desejamos, e pelo que lutamos há décadas, é algo profundamente simples e humano: reconhecimento, dignidade e igualdade.

Há quem espalhe fake news, afirmando que queremos subverter a ordem social. Mas qual ordem pode ser ameaçada pelo amor? Qual sociedade se

enfraquece quando uma criança é acolhida, quando uma família é protegida ou quando um casal pode envelhecer lado a lado, com direitos e deveres reconhecidos?

O amor não está restrito ao sexo biológico, à orientação sexual ou à identidade de gênero. O amor é uma experiência humana universal. E, quando se transforma em compromisso, cuidado e projeto comum, torna-se família.

Por isso, o lema deste Congresso permanece como um convite ético e civilizatório: “A tua família é tão valiosa quanto a minha. Vamos nos respeitar?” Não se trata apenas de uma frase. Trata-se de um pacto social. Um chamado para que compreendamos que os direitos não são um jogo de soma zero: reconhecer a dignidade do outro não diminui a nossa; ao contrário, amplia a humanidade de todos nós.

Como educador, aprendi que a educação nos ensina a conviver com a diferença. Como pesquisador, aprendi que a ciência nos mostra que a diversidade é uma característica da vida. Como ativista, aprendi que nenhum direito foi concedido espontaneamente: todos foram conquistados. E, como pai e esposo, aprendi que a família se constrói diariamente, nos pequenos gestos, nas renúncias silenciosas e na decisão cotidiana de permanecer.

Que estas páginas sejam lidas não apenas como o registro de um congresso, mas como testemunho de um tempo. Um tempo em que mulheres, homens, pessoas trans, crianças, avós, pais, mães e filhos decidiram afirmar, juntos, que toda família fundada no respeito aos direitos humanos, na ausência de violência e na promoção da dignidade merece ser reconhecida e protegida.

Porque, no fim das contas, é isso que buscamos: um mundo em que ninguém precise pedir licença para amar.

Prof. Dr. Toni Reis
Presidente da Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH)

Sumário

RELATÓRIO NARRATIVO..... 7

Abertura do Congresso..... 8

Dia 21 de Maio – Período da Tarde..... 11

Dia 22 de Maio – Período da Manhã..... 14

Homenagem ao Coletivo LGBTQIAPN+ Laleska de D'Capri..... 17

Considerações Finais..... 18

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS..... 19

Apresentação..... 20

Hierarquização fascista do corpo contemporâneo: a sexualidade sob vigilância do Estado e da família tradicional..... 23

Micro-histórias e cartografias dos prazeres: regimes de visibilidade, controle e corpos dissidentes em Cacha Pregos – BA..... 29

Acessibilidade à linguagem jurídica: letramento jurídico no âmbito do Direito das Famílias..... 33

Uma cena epistemológica do afeto: uma leitura de Amora à luz da crítica cultural 39

Sexualidade na velhice de mulheres sexo-gênero dissidentes em Salvador, Bahia.. 45

Corpos em trânsito e regimes de controle: das intersexualidades..... 51

Torto Arado e o espaço do ser-tão diferenciado: a língua, a trança, o desejo entre mulheres..... 57

Transcestralidade e famílias dissidentes..... 62

Constituição discursiva da posição sujeito da deputada federal transgênero Erika Hilton..... 70

CARTA DE SALVADOR..... 76

ANEXO 1 – GALERIA DE FOTOS..... 82

V CONGRESSO
NACIONAL DA
ABRAFH
Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas

Relatório Narrativo



Abertura do Congresso

A sessão de abertura do V Congresso da ABRAFH reuniu depoimentos pessoais e reflexões conceituais sobre família, contando com a participação de uma criança de 11 anos, de Senhora Mar, de uma exposição sobre o conceito de família e do depoimento do presidente do Congresso, Toni Reis, encerrando-se com a fala do coordenador geral, Renildo Barbosa.

O momento inicial trouxe o depoimento de uma criança de 11 anos, filha de Rosimeire Barbosa Lima. Em sua fala, relatou que o Estado brasileiro, por meio de seus aparatos normativos e judiciários, ainda não permite que sua mãe — uma mulher trans — seja reconhecida no registro civil de seu filho biológico, apesar de uma convivência familiar de quase dez anos com seu companheiro, reconhecido pelo Estado apenas como pai afetivo. A partir desse relato, a fala abordou a construção histórica e patriarcal da instituição familiar e do casamento, refletindo sobre como as normas jurídicas reproduzem uma lógica cis-heteronormativa que dificulta o reconhecimento de famílias trans. Foram destacados ainda os impactos concretos dessa invisibilidade jurídica no acesso da criança à escola pública e aos serviços do SUS, e prestada uma homenagem às mulheres da família — mãe e avó — como referências de resistência, ao lado de nomes como Angela Davis.

Em seguida, Senhora Mar, ativista e pré-candidata a deputada federal pela Bahia, apresentou um depoimento sobre maternidade trans e sobre a urgência de políticas de proteção às famílias LGBTI+. Grávida de 22 semanas em parceria com seu marido, Charlie — homem trans gestante —, relatou o temor das famílias trans diante do avanço de legislações restritivas, citando como exemplo a Lei Municipal nº 9.955, sancionada pela prefeitura de Salvador, que proíbe a abordagem de temas de identidade e expressão de gênero em escolas e unidades de saúde, além de leis em outros estados que restringem o uso de banheiros femininos por mulheres trans.

Senhora Mar falou sobre o projeto de criação do filho do casal, Ruby Odara — nome escolhido propositalmente de modo neutro —, em uma educação não generificada, e sobre os desafios cotidianos enfrentados por famílias trans: dificuldades de acesso a emprego e renda, episódios de humilhação no mercado de trabalho e o temor de que familiares de origem tentem, judicialmente, afastar a criança do convívio do casal. Destacou a importância das redes de apoio entre mães

trans no Brasil e do acompanhamento psicológico e jurídico das famílias, e afirmou que sua candidatura representa um ato de sobrevivência e de visibilidade, pautado pelo afeto e não pelo discurso de ódio. Encerrou sua fala homenageando sua mãe, recentemente falecida, relembrando memórias de infância e a importância da ancestralidade feminina em sua trajetória.

Na sequência, foi apresentada uma reflexão conceitual sobre a noção de família, em perspectiva histórica e sociológica. Observou-se que o termo 'família' tem origem no latim famulus, relacionado aos escravos domésticos sob a autoridade do pater familias, evidenciando, desde sua origem etimológica, uma estrutura hierárquica e patriarcal. Percorrendo diferentes períodos históricos — da pré-história, marcada por uniões múltiplas, à Idade Média, em que a Igreja exercia forte controle sobre a vida familiar, até a contemporaneidade, marcada pela diversidade de arranjos —, destacou-se que não existe um modelo único ou ideal de família.

Foram apresentados diferentes modelos e definições de família: nuclear, ampliada, recomposta, monoparental, adotiva e transparental, entre outras. Citou-se a definição prevista na Lei Maria da Penha, que reconhece a família como a comunidade formada por pessoas que são ou se consideram aparentadas, unidas por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa. Também foi mencionado o conceito de família como rede de afetos e cuidados construída cotidianamente, na perspectiva de Zygmunt Bauman, além de estudos que identificam centenas de configurações familiares distintas, reforçando que a diversidade familiar é uma realidade, e não uma excepcionalidade.

Encerrando a mesa de abertura, o presidente do Congresso, Toni Reis, compartilhou sua trajetória de vida ao lado de seu marido, David, casal fundador do Grupo Dignidade, em Curitiba. Relembrou o encontro do casal na Inglaterra, em 1990, e o processo de reconhecimento de sua união no Brasil, que resultou em mudanças no Conselho Nacional de Imigração para o reconhecimento de parcerias homoafetivas, independentemente do sexo dos envolvidos. Narrou ainda a fundação do Grupo Dignidade, em 1995, em um encontro que reuniu cerca de 30 organizações interessadas na criação de uma articulação nacional, dando origem ao que se tornaria a Aliança Nacional LGBTI+.

Toni Reis relatou também o processo de adoção dos três filhos do casal — Alisson, Felipe e Alice —, após anos em lista de espera, e a decisão histórica do

Supremo Tribunal Federal, em 5 de maio, que reconheceu, por unanimidade, o direito de casais do mesmo sexo à adoção — decisão da qual o casal se valeu para protocolar, dias depois, o primeiro registro de união entre pessoas do mesmo sexo no Brasil. Mencionou ainda uma audiência com o Papa, e refletiu sobre os aprendizados da criação dos filhos, ressaltando a importância de respeitar as escolhas profissionais e pessoais de cada um, ainda que distintas das expectativas dos pais. Encerrou sua fala citando bell hooks, para quem o amor é uma prática de liberdade e uma forma de transformar o mundo por meio do cuidado e da responsabilidade.

A abertura foi encerrada com a fala do coordenador geral, Renildo Barbosa, que ressaltou o protagonismo histórico de Salvador na realização das paradas do orgulho LGBTI+ — apontadas como uma das maiores da América Latina — e, ao mesmo tempo, criticou a Lei Municipal nº 9.955, que restringe debates sobre identidade de gênero e orientação sexual em escolas e unidades de saúde. Para Renildo, não existe educação neutra, e a escola é, por definição, um espaço de pluralidade e convivência. Defendeu o conhecimento como forma de poder e de resistência diante de legislações restritivas, e convocou os presentes à organização coletiva e à articulação política e social das redes e coletivos LGBTI+ da Bahia.



Dia 21 de Maio – Período da Tarde

Mesa 1 (14h–15h) – Experiências LGBTI+ na Adoção e Reprodução

A primeira mesa temática do período da tarde teve como objetivo discutir experiências relacionadas à parentalidade, à reprodução e à adoção no contexto de pessoas LGBTI+, com destaque para vivências de pessoas trans e os desafios institucionais e sociais envolvidos.

O professor Ailton Santos apresentou sua trajetória acadêmica e sua atuação no ambulatório de atenção a pessoas trans na Bahia, ressaltando que o serviço vai além da prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, incorporando também a atenção à saúde reprodutiva. Abordou pesquisas sobre reprodução de pessoas trans e não binárias, a importância de ampliar a compreensão sobre quem pode gestar e a necessidade de revisão de protocolos e nomenclaturas institucionais. Para o professor, aspectos muitas vezes considerados pequenos no atendimento — como o uso adequado da linguagem e o respeito à identidade de gênero — fazem grande diferença na qualidade do cuidado oferecido.

Senhora Mar voltou a participar da mesa, relatando sua experiência enquanto mulher trans em uma relação conjugal com um homem trans gestante. Compartilhou vivências de inadequação e desinformação em serviços de saúde e relatos do que descreveu como "microviolências" institucionais no atendimento. Questionou normas biomédicas relacionadas à definição de sexo biológico e reforçou a importância da representatividade e da construção de famílias trans, mencionando sua participação em redes de apoio e de pesquisa sobre maternidade trans no Brasil.

Lindomar, com atuação na Vara da Infância, trouxe reflexões sobre adoção e parentalidade a partir de sua experiência profissional. Discorreu sobre a adoção como processo complexo, distante das idealizações comuns, e apresentou críticas ao funcionamento do Sistema Nacional de Adoção, apontando vieses estruturais. Discutiu também a parentalidade trans e os direitos de crianças trans, compartilhando experiências com metodologias participativas, como oficinas sociodramáticas, e destacando a relevância do vínculo afetivo no processo de adoção frente aos limites das práticas informais no sistema jurídico.

Por fim, Louranya relatou sua experiência pessoal como mulher trans em processo de adoção, narrando as dificuldades institucionais enfrentadas no interior da Bahia, as barreiras legais para o registro da criança e episódios de discriminação por parte de profissionais de saúde. Descreveu o acionamento de mecanismos legais — ouvidoria, boletim de ocorrência e defensoria pública — para superar esses obstáculos e, apesar das dificuldades, destacou o sucesso de seu processo de adoção e a importância da rede de apoio familiar.

No momento de debate com o público, foram levantadas reflexões sobre a representatividade de pessoas trans como modelos sociais, entre outros temas relacionados às experiências compartilhadas pela mesa.

Mesa 2 (15h–17h) – Darcy Penteado – 100 Anos: Legado e Contribuições às Famílias LGBTI+

A segunda mesa do período da tarde teve como proposta discutir o legado de Darcy Penteado, destacando sua atuação artística, intelectual e política, especialmente no contexto das lutas LGBTI+ no Brasil. A mediação e a condução das discussões enfatizaram a necessidade de recuperar a memória de figuras históricas que contribuíram para o enfrentamento das opressões, sobretudo durante o período da Ditadura Militar.

O professor Nilton Milanez abriu a mesa com uma provocação central: quem foi Darcy Penteado e por que sua trajetória permanece relevante para o debate contemporâneo sobre famílias LGBTI+. Destacou sua participação no jornal Lampião da Esquina (1968–1981), importante veículo de resistência à Ditadura que tratava de temas como diversidade sexual, questões raciais, feminismo e ecologia, e ressaltou que o regime autoritário se sustentava em um modelo de família cis-heteronormativo, ao qual o jornal se opunha criticamente.

Jaqueline Ferreira destacou Darcy Penteado como artista fundamental para a visibilidade das experiências LGBTI+, chamando atenção para o apagamento histórico de sua obra e para sua participação em diversas bienais, com engajamento em temas como a AIDS e a Amazônia. Problematizou a precariedade na preservação de seu acervo — atualmente sob responsabilidade do município de São Roque (SP) — e defendeu iniciativas de digitalização e divulgação como forma de fortalecer a luta por direitos e preservar a memória coletiva.

Em sua segunda intervenção, Nilton Milanez aprofundou a análise da produção literária de Darcy Penteado, mencionando obras como A Meta, Crescilda e os Espartanos, Terra-Mambo e Rivaldo e Jerônimo. Destacou que o autor tematiza relações homoafetivas no contexto da repressão política, evidenciando a impossibilidade histórica de constituição de famílias LGBTI+ naquele período, e ressaltou a influência de Michel Foucault em sua obra, especialmente na relação entre corpo, sexualidade e poder.

Suênio (UNEB) discutiu o processo de marginalização de Darcy Penteado no campo literário, apontando que o autor foi frequentemente classificado como "alternativo" ou "de nicho". Comparou esse apagamento ao de outros autores contemporâneos que, mesmo enfrentando censura, alcançaram maior reconhecimento editorial, argumentando que esse silenciamento não se explica apenas pela orientação sexual do autor, mas por múltiplas dimensões estruturais. Destacou também o caráter pioneiro de Darcy ao ficcionalizar experiências vividas, mesclando autobiografia e literatura.

Vilmar Prata enfatizou a literatura de Darcy Penteado como instrumento de resistência política e social, ressaltando que sua obra evidencia a escrita como memória, denúncia e enfrentamento da repressão, sobretudo no que se refere à marginalização da homossexualidade durante a Ditadura. Destacou o livro Conto de Fadas Número 2 como exemplo de subversão de gêneros literários, em que elementos da fantasia são utilizados para abordar temas como desejo, medo e repressão, e ressaltou a noção do corpo como espaço político, sujeito ao controle estatal.

No debate final, o público levantou questões sobre o papel de Darcy Penteado na reflexão sobre modelos de família, a relação entre filosofia, sujeito e construção familiar, a necessidade de políticas públicas para a valorização de autores LGBTI+ e a importância da preservação e difusão de sua obra. Destacou-se, ainda, que o debate sobre famílias LGBTI+ não deve se restringir a essa categoria específica, mas avançar rumo à própria redefinição do conceito de família na sociedade contemporânea. Por fim, emergiram críticas à postura de familiares do autor que, segundo relatos, preferem dissociar sua produção artística de sua identidade sexual, evidenciando tensões na disputa pela memória de Darcy Penteado.

A mesa evidenciou a relevância de Darcy Penteado como figura pioneira na articulação entre arte, política e dissidência sexual no Brasil. Apesar dos avanços nas pautas LGBTI+, os debates reforçaram que ainda há desafios significativos quanto à preservação da memória, ao reconhecimento institucional e à ampliação de direitos, destacando-se a importância de iniciativas acadêmicas, culturais e políticas que resgatem trajetórias como a de Darcy Penteado, contribuindo para a construção de narrativas mais inclusivas e plurais.



Dia 22 de Maio – Período da Manhã

Mesa 1 – Famílias Solidárias: Acolher para Proteger

A primeira mesa do período da manhã do dia 22 de maio abordou a temática das Famílias Solidárias, destacando experiências de acolhimento e proteção voltadas especialmente a crianças e adolescentes inseridos no PPCAAM — Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. A mediação das falas evidenciou a importância da construção de redes de cuidado e proteção social de crianças e adolescentes.

A palestrante Mariângela Matos explicou que o programa Família Solidária guarda semelhanças com o serviço de família acolhedora, funcionando como suporte protetivo para crianças, adolescentes e suas famílias ameaçadas de morte. O programa realiza o cadastro de pessoas interessadas em participar e exige formação obrigatória de 20 horas para a permanência das famílias no serviço. Segundo a palestrante, as famílias solidárias tornam-se suporte para a equipe técnica e atuam no acolhimento familiar e residencial, recebendo auxílio financeiro correspondente a meio salário mínimo. Entre os requisitos para o acolhimento familiar residencial estão a idade mínima de 25 anos, a não inscrição no Cadastro Nacional de Adoção e a concordância de todos os membros da família, entre outros critérios.

Foram apresentadas as modalidades de atuação do programa — acolhimento familiar residencial, acompanhamento familiar e moradia independente — e destacou-se que existem critérios definidos em lei tanto para a inclusão de crianças e adolescentes quanto para a habilitação das famílias participantes, sem qualquer tipo de discriminação. Mariângela Matos explicou ainda que o Poder Judiciário concede decisão de guarda provisória para que a família solidária assuma temporariamente os cuidados da criança ou adolescente acolhido institucionalmente, passando a acompanhar diretamente seu desenvolvimento e proteção. Reforçou que o PPCAAM é uma iniciativa federal e estadual destinada à preservação da vida de crianças, adolescentes e jovens de até 21 anos ameaçados de morte, garantindo proteção integral e reinserção social em local seguro.

O palestrante João Arce compartilhou sua experiência como família solidária, relatando o acompanhamento de um adolescente acolhido. Destacou que, embora o início do processo gere apreensão, a convivência cotidiana fortalece os vínculos e produz transformações importantes tanto na vida do adolescente quanto na da família acolhedora.

Nas perguntas do público, surgiram debates sobre o espaço protetivo, as diferenças entre família acolhedora e família solidária e a previsão dessas modalidades na legislação federal. Foi ressaltado que o programa é fundamental porque "resgata vidas" e cria espaços seguros para reconstruir trajetórias.

A palestrante Alice Acácia relatou uma experiência recente de acompanhamento de três adolescentes acolhidas pelo programa Família Solidária, que anteriormente viviam em moradia independente. Segundo ela, foi necessário

construir vínculos de confiança gradualmente, com acompanhamento nas visitas às residências, até que as adolescentes encontrassem um lar adequado e seguro.

Mesa 2 – Estratégias de Prevenção Combinada ao HIV e Outras ISTs

A segunda mesa da manhã teve como tema as estratégias de prevenção combinada ao HIV e a outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs).

A palestrante Katerine Jeronimo Lima, servidora do DATHI (Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis) do Ministério da Saúde, iniciou sua exposição a partir do conceito de vulnerabilidade, destacando que ela pode se manifestar em dimensões individuais, sociais, coletivas, programáticas e institucionais, e que a interseccionalidade e os marcadores sociais precisam ser considerados na formulação de políticas públicas de prevenção. Enfatizou que a prevenção combinada deve ser compreendida como estratégia de autonomia e de escolha, questionando se as populações em situação de vulnerabilidade efetivamente têm acesso aos métodos disponíveis.

Entre os meios de prevenção apresentados, destacaram-se a testagem regular como prática de autocuidado, o autoteste de HIV, o uso de preservativos e gel lubrificante, e as profilaxias pré-exposição (PrEP) e pós-exposição (PEP) ao HIV. A palestrante apontou que, no Estado da Bahia, a PrEP é majoritariamente utilizada por homens gays, homens que fazem sexo com homens (HSH), negros e pardos, enquanto a PEP é utilizada principalmente por mulheres cisgênero como medida de proteção.

Outro ponto central de sua fala foi o conceito I=I (Indetectável = Intransmissível), consenso científico segundo o qual pessoas vivendo com HIV, em tratamento adequado e com carga viral indetectável há pelo menos seis meses, não transmitem o vírus por via sexual. Destacou ainda, como conquista importante, a prevenção da transmissão vertical do HIV e a necessidade de ampliação do acesso às vacinas contra hepatites virais e HPV. Foi apresentada também a estratégia DoxiPEP, método de prevenção oral pós-exposição sexual desprotegida voltado à prevenção de ISTs como sífilis e clamídia. Por fim, ressaltou a importância da participação da sociedade civil nos editais e políticas públicas, mencionando a Nota

Técnica nº 10/2023 do Ministério da Saúde e a Agenda Nacional Prioritária ao Enfrentamento do HIV e ISTs.

Em seguida, o Dr. Anderson Reis, professor de Enfermagem da UFBA, abordou os desafios da prevenção combinada associada ao contexto familiar. Segundo ele, o debate sobre HIV ainda permanece fortemente marcado pelo estigma, e a família frequentemente não é considerada sujeito central nas estratégias preventivas. Apontou um esvaziamento do debate sobre prevenção dentro das famílias, com falta de sensibilização e de aproximação com esse público, e defendeu que o uso de substâncias em práticas sexuais precisa ser discutido dentro das estratégias de prevenção combinada, considerando os diferentes contextos sociais.

Foram discutidas práticas relacionadas ao uso de álcool, tadalafila e outras substâncias em contextos sexuais, apontadas como desafios para as políticas de saúde pública, além da importância dos kits de redução de danos, com menção a investimentos internacionais em respostas rápidas e estratégias de cuidado. Para o Dr. Anderson Reis, as práticas sexuais contemporâneas se desenvolvem de diversas formas, e as políticas de saúde precisam acompanhar essas transformações; a família, segundo ele, deve estar inserida nas tecnologias de cuidado, já que o afastamento familiar pode criar barreiras adicionais ao acesso à prevenção e ao tratamento.

Ao final, os debates do público trouxeram diversos questionamentos, entre eles a invisibilidade das pessoas trans nas políticas e debates sobre prevenção, a falta de monitoramento, pelo Ministério da Saúde, dos recursos repassados aos municípios para a execução das políticas públicas de HIV e ISTs, e a importância da participação da sociedade civil e do controle social na fiscalização desses recursos.

Homenagem ao Coletivo LGBTQIAPN+ Laleska de D'Capri

Após a realização da segunda mesa da manhã, foi conduzida, por Renildo Barbosa, uma homenagem ao Coletivo LGBTQIAPN+ Laleska de D'Capri, em reconhecimento à sua relevante trajetória na defesa dos direitos humanos, na promoção da inclusão social e na luta permanente pela dignidade, pelo respeito e pelo direito à vida das pessoas trans e de toda a população LGBTI+. Na ocasião, foi

concedida a palavra à representante do coletivo, Paulett Furação, que destacou a importância da atuação do movimento na promoção da cidadania, da resistência e da defesa dos direitos da população LGBTI+.

O coletivo foi descrito como um importante espaço de acolhimento, fortalecimento e articulação social, desempenhando papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e livre de todas as formas de discriminação, preconceito e violência. Em seguida, foi realizado o encerramento do período da manhã do dia 22 de maio.

Considerações Finais

O V Congresso da ABRAFH reuniu, em suas mesas temáticas, depoimentos pessoais, reflexões acadêmicas e relatos de experiências institucionais que evidenciam a diversidade das configurações familiares contemporâneas e os desafios enfrentados por famílias LGBTI+ no acesso a direitos básicos — do registro civil à saúde, da adoção à proteção social. Ao longo da programação relatada, o debate transitou entre a memória histórica das lutas LGBTI+ no Brasil, representada pelo legado de Darcy Penteado, e as políticas públicas atuais voltadas à proteção de crianças e adolescentes, à prevenção combinada ao HIV e a outras ISTs, e ao reconhecimento jurídico das famílias trans e homoafetivas.

Os relatos compartilhados reforçam a importância da articulação entre sociedade civil, academia e poder público na construção de políticas que reconheçam e protejam a diversidade familiar, bem como a necessidade de formação continuada de profissionais de saúde, educação e assistência social para o atendimento qualificado e livre de discriminação às famílias LGBTI+.





V CONGRESSO
NACIONAL DA
ABRAFH
Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas

Simpósios Temáticos



Apresentação

O V Congresso Nacional da Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas -ABRAFH consolidou-se como um espaço de produção intelectual e articulação política ao reunir, na Faculdade de Administração da Universidade Federal da Bahia, em Salvador, pesquisadoras e pesquisadores de diferentes regiões do país entre os dias 21 e 23 de maio de 2026. O encontro, estruturado em Simpósios Temáticos, favoreceu o diálogo entre múltiplas abordagens críticas sobre dissidências familiares, corporais, afetivas e culturais, ampliando o alcance das discussões e fortalecendo a construção coletiva de saberes comprometidos com a transformação social e a afirmação das famílias homotransafetivas no cenário brasileiro contemporâneo.

Os Simpósios Temáticos foram organizados pelo Prof. Dr. Nilton Milanez, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB (campus I), e estruturados em três eixos que, pela força de suas coordenações, asseguraram profundidade teórica e diversidade metodológica ao conjunto das pesquisas apresentadas. Cada eixo foi conduzido por especialistas cujas trajetórias acadêmicas se enraízam em diferentes programas da Universidade do Estado da Bahia, o que ampliou o alcance crítico do evento, articulando saberes produzidos em múltiplos campi e áreas de formação. O eixo dedicado às famílias dissidentes, coordenado pelo Prof. Dr. Paulo César García, do Programa de Pós-graduação em Pós-crítica (campus II), aprofundou debates sobre normatividades e disputas de poder que atravessam os modos de parentesco contemporâneos. O eixo sobre corpos, sexualidades e regimes de controle, sob coordenação do Prof. Dr. Gilberto Nazareno Telles Sobral e do Prof. Dndo. Wesley Bahia Machado, ambos vinculados ao Programa de Pós-graduação em Estudo de Linguagens (campus I), articulou análises sobre vigilância, práticas de subjetivação e tecnologias de controle que incidem sobre corporalidades dissidentes. Já o eixo sobre arte, cultura e estéticas dissidentes, coordenado pela Profa. Dra. Luzineide Vieira de Sousa, da UNEB (campus IV), evidenciou a potência das produções culturais como formas de resistência, criação de mundos e elaboração de saberes situados. Juntos, esses eixos e suas coordenações enriqueceram a pluralidade temática do congresso e consolidaram os Simpósios Temáticos como espaço de referência para a pesquisa crítica no campo das famílias homotransafetivas.

Os Simpósios Temáticos agregaram vinte comunicações orais sobre pesquisas realizadas na Universidade Estadual do Ceará, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade do Estado da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal Rural de Pernambuco, revelando a força da diversidade institucional que sustenta o campo dos estudos homotransafetivos no Brasil. A presença de universidades de diferentes regiões e com trajetórias acadêmicas distintas ampliou o alcance crítico do evento, permitindo que múltiplas realidades sociais, culturais e políticas fossem analisadas a partir de perspectivas plurais. Essa heterogeneidade de origens e abordagens evidenciou o caráter nacional do congresso e evidenciou que a produção de conhecimento sobre dissidências corporais, familiares e afetivas não está concentrada em um único território, mas se espalha como rede viva de pesquisa comprometida com transformação social.

Os Simpósios Temáticos do V Congresso da ABRAFH produziram impacto social significativo com pesquisas que desvelam os mecanismos de vigilância, hierarquização e controle que incidem sobre corpos dissidentes no Brasil contemporâneo. Os estudos apresentados abordaram desde a fiscalização moral exercida pela família tradicional e pelo Estado sobre sexualidades não normativas até cartografias de prazer e regimes de visibilidade em territórios periféricos, revelando como práticas cotidianas de controle moldam subjetividades e restringem liberdades. Também se destacaram investigações sobre envelhecimento de mulheres sexo-gênero dissidentes, intersexualidades e corporalidades em trânsito, que ampliam o debate sobre direitos, saúde e cidadania, apontando vulnerabilidades específicas e formas de resistência que emergem desses grupos. Essas discussões trouxeram para o espaço público acadêmico críticas às normatividades que estruturam desigualdades e reafirmam a centralidade das experiências dissidentes na produção de conhecimento.

Outro eixo de impacto social se deu pela presença de pesquisas que articulam linguagem, cultura e política como dimensões fundamentais para compreender a constituição das famílias homotransafetivas. Trabalhos dedicados ao letramento jurídico no campo do direito das famílias evidenciaram a urgência de democratizar o acesso à linguagem normativa, permitindo que sujeitos dissidentes compreendam e reivindiquem seus direitos. Estudos sobre afetos, literatura e ancestralidades LGBTI+

expandiram o repertório cultural do congresso, mostrando como narrativas dissidentes produzem epistemologias próprias, capazes de tensionar modelos hegemônicos de parentesco e pertencimento. A análise discursiva de figuras políticas transgênero, por sua vez, iluminou os modos como a representação pública de sujeitos trans reconfigura o debate democrático e desafia estruturas históricas de exclusão. Assim, o simpósio consolidou-se como espaço de produção de saberes que ao mesmo tempo interpretam a realidade social e contribuem para transformá-la, na medida em que fortalecem práticas de resistência, reconhecimento e justiça para famílias homotransafetivas em todo o país.

Em síntese, este conjunto de produções demonstra que os Simpósios Temáticos do V Congresso da ABRAFH cumpriram plenamente sua função social com a reunião de pesquisas que interrogam normas e produzem visibilidade para experiências dissidentes na construção de saberes investidos na diversidade e na transformação. Tendo articulado diferentes campos do conhecimento e múltiplas realidades corporais, afetivas, jurídicas e culturais, o conjunto das apresentações reafirmou a potência das famílias homotransafetivas como produtoras de conhecimento e como agentes de mudança no cenário brasileiro contemporâneo.

Prof. Dr. Nilton Milanez
Universidade do Estado da Bahia, campus I

Hierarquização fascista do corpo contemporâneo: a sexualidade sob vigilância do Estado e da família tradicional

Beatriz Souza Almeida[1]

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar o Projeto de Lei nº 3338/2024, de autoria da Deputada Federal Júlia Zanatta do Partido Liberal (SC), que propõe que as famílias possam negar a participação de seus filhos em aulas ou atividades escolares que tenham como tema a sexualidade e suas múltiplas manifestações. Desse modo, busca-se problematizar como as interações entre as instituições jurídicas, familiares e religiosas na política nacional promovem uma hierarquização fascista sobre a sexualidade, estabelecida em um regime de controle para os corpos não heterossexuais e/ou cisnormativos. Para tanto, a discussão teórica ampara-se nos pressupostos teóricos dos Estudos Discursivos Foucaultianos. No que tange a metodologia, partimos do método arqueogenealógico (Foucault, 2008; 1996) foucaultiano associada à análise do enunciado político dividido, postulado por Jean-Jacques Courtine (2009), no qual Sequências Discursivas (SDs), extraídas dos Projetos de Lei, são representadas pelo modelo P {x/y}, a fim de extrair as relações contrastivas nos enunciados. Desse modo, os resultados apontam para a articulação da noção de fascismo enquanto acontecimento histórico discursivo, ao mesmo tempo em que os PL's se mostram como consolidadores das biopolíticas fascistas que atingem o corpo na democracia brasileira que se instalam no cotidiano da população.

Palavras-chave: Corpo. Sexualidade. Estado. Fascismo. Campo enunciativo.

INTRODUÇÃO

Na atualidade, com a crescente polarização de jogos políticos, o "nós" *versus* "eles", discursos circulam de maneira acelerada e essa intensificação de disputas ideológicas abre espaço para a emergência de práticas que evocam uma estrutura fascista mesmo em um governo democrático. A surgência desses discursos que vão consolidar-se em Projetos de Lei, constitui muito mais do "opiniões", trata-se da constituição de um campo enunciativo possível no presente político brasileiro.

Nesse cenário, práticas biopolíticas de exclusão, da valorização da moralidade, da família e da pátria servem à eliminação simbólica – embora, possa ser material – do outro, do diferente. E é neste escopo da eliminação, simbólica ou real, que a sexualidade se insere. O Projeto de Lei de nº 3338/2024, de autoria da Deputada Federal Júlia Zanatta do Partido Liberal (SC), propõe que as famílias possam negar a participação de seus filhos em aulas ou atividades escolares que tenham como tema a sexualidade e suas múltiplas manifestações. A sexualidade, desse modo, é vigiada,

[1] Mestra e Doutoranda em Estudo de Linguagens pelo Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens da Universidade do Estado da Bahia, *Campus* I. E-mail: beatrizalmeida046@gmail.com

controlada, hierarquizada em regime de autoridade sobre o corpo que se baseia em uma moral cristã instalada nas instituições políticas e jurídicas brasileiras.

Desse modo, busca-se problematizar como as interações entre as instituições jurídicas, familiares e religiosas na política nacional promovem uma hierarquização sobre a sexualidade, estabelecida em um regime de controle para os corpos não heterossexuais e/ou cisnormativo, afim de descortinar o fascismo instalado nas políticas de vida cotidianas da sociedade.

METODOLOGIA

Para mostrar a genealogia de um objeto do discurso e os seus efeitos na atualidade, é preciso seguir um conjunto de passos arqueológicos para desvendar como o objeto se organiza em um *corpus* verificável. Foucault (2008a, p. 101), afirma que “é preciso saber a que se refere o enunciado, qual é seu espaço de correlações, para poder dizer se uma proposição tem ou não um referente”, ou seja, é preciso identificar no enunciado o *tema* a que ele se vincula e quais tipos de relações são estabelecidas. O *tema* é detectado a partir do campo enunciativo com qual ele estabelece algum grau de parentesco ou de semelhança.

Um campo enunciativo, Foucault aponta *n’A Arqueologia do Saber* (2008), compõe-se de formas de coexistência entre os enunciados, através de um campo de presença, de concomitância e compreendido a partir de um domínio de memória. Isto quer dizer que os enunciados emergem em determinada materialidade em uma compatibilidade com enunciados que surgem em outras materialidades.

Para além da análise pelo método arqueogenalógico, os Projetos de Lei são examinados a partir da análise do “enunciado político dividido”, proposto por Jean Jacques Courtine (2006; 2009), representado pelo modelo P {x/y} aplicado às Sequências Discursivas (SDs) de um dado campo enunciativo. Isto é, o modelo P {x/y} representa duas formulações, no qual P representa um contexto de formulação comum à Px e Py, sendo Px uma proposição que antagoniza, ou contrasta, com a proposição Py, ou vice versa.

Outrossim, a análise das Sequências Discursivas pelo modelo P {x/y} não está restrita aos elementos sintáticos passíveis de serem identificados, mas também estão no âmbito dos enunciados inseridos em um “domínio associado” (Foucault, 2008a, p. 108). Isto é, as SDs estão inseridas em um campo de enunciação que é possível

recuperar pela análise de um “domínio de memória” (Foucault, 2008a, p. 64), assim, a análise do discurso político envereda também pelas relações de saber-poder presentes no funcionamento do próprio discurso.

HIERARQUIZAÇÃO FASCISTA DOS CORPOS

A sexualidade, as identidades de gênero e os direitos sexuais e reprodutivos têm sido um prato cheio para a extrema-direita brasileira, constituindo disputas de narrativa cada vez mais intensas, o que acaba gerando tensões em torno da regulação dos corpos e das sexualidades. Essas disputas adentram os órgãos legislativos, que são usados pelos representantes políticos que reivindicam uma moralidade cristã para a sexualidade, para restringir, tentar impor vigilância e proibição sobre os corpos e as práticas sexuais consideradas inapropriadas. É, nesse contexto, que o Projeto de Lei nº 3338/2024, de autoria da Deputada Federal Júlia Zanatta (PL/SC), se insere. O referido projeto propõe assegurar que pais e responsáveis tenham o direito de vedar a participação de seus filhos em atividades pedagógicas relacionadas às questões de gênero.

A justificativa do Projeto baseia-se na máxima “Trata-se de projeto de lei com o escopo de garantir a proteção de crianças e adolescentes, a fim de que estes não sejam expostos por ideologias progressistas.” (Brasil, 2024). Essa suposta proteção, no entanto, cessa quando cai em uma contradição como no caso do PL 1904/2024, chamado de PL do Estupro, pois equipara o aborto ao crime de homicídio, mesmo em caso de violência sexual e mesmo quando a vítima é uma criança.

Esse desenho político, muito mais do que disputa de narrativa, funda-se em uma lógica de poder sobre a sexualidade. Michel Foucault em *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (1988), problematiza que a sexualidade constitui um dos principais objetos de intervenção dos dispositivos de poder, sendo analisada, vigiada, controlada, classificada, regulada pelas diversas instituições. Para Foucault, o poder não opera apenas pela proibição, mas sobretudo pela produção de discursos que definem quais práticas, identidades e formas de viver são consideradas legítimas, normais ou desejáveis.

Nesse sentido, ao tentar impor uma regulação por parte das famílias nos ambientes escolares sobre os tipos de temas “adequados” para crianças, o PL evoca o funcionamento do “dispositivo de sexualidade” (Foucault, 1988). A família

tradicional, nesse âmbito, assume um papel estratégico na manutenção de determinadas normas sociais, funcionando como um censor de administração da sexualidade. Ao reivindicar para si a exclusividade sobre os discursos relacionados à sexualidade, a instituição familiar hierarquiza o poder sobre a sexualidade, estratificando-a entre Estado, escola e família. Nas palavras de Foucault (1988, p. 45) “as instituições escolares [...] sua hierarquia, [...] constituem, ao lado da família, uma outra maneira de distribuir o jogo dos poderes e prazeres.”

As seguintes Sequências Discursivas, doravante SDs, apresentam a relação contrastiva entre a escola não poder “submeter” crianças a todos os temas, ao mesmo tempo em que a família assume dentro da escola o lugar da vigilância. Assim, a família vigia a escola, que vigia a criança e todas são vigiadas pelo Estado.

> SD1: A rede de ensino, seja ela pública ou particular, não deve submeter as crianças e adolescentes às atividades pedagógicas de gênero, isto é, aquelas que abordem temas relacionados à identidade de gênero, orientação sexual, diversidade sexual, igualdade de gênero e outros assuntos similares, sem que pais e responsáveis manifestem expressamente sua concordância ou discordância.
> SD2: É imprescindível que pais ou responsáveis detenham o poder de decisão sobre a educação de crianças e adolescentes e possuam o poder de opinar, inclusive, no âmbito das instituições de ensino, sobretudo, na aplicação de assuntos delicados, tais quais os que possuem ligação direta com a sexualidade. (Brasil, 2024)

Outrossim, ao passo que a família assume o papel de censor da sexualidade também no âmbito escolar, as possibilidades de subjetivação são sublimadas por uma lógica de poder que restringe os corpos não cis e heterossexuais. Essa lógica de poder excludente, separatista, restritiva, que classifica a expressão da sexualidade e dos corpos, insere-se por campo de enunciação em uma lógica fascista de gestão dos corpos.

O campo enunciativo, de acordo com Milanez (2019, p. 115), “acaba propondo uma dispersão de enunciações, fazendo com que olhemos para outra direção. A transmissão e proliferação dos discursos fomentam ao mesmo tempo repetições, reproduções e, consequentemente, transformações.”, isto nos diz que embora estejamos olhando para outros tipos de prática, o enunciado que emerge para esse campo retoma através da memória um nexo fascista de norma para os corpos. No fascismo não há espaço para o diferente, para o desviante. É dessa lógica de poder que falamos e que está presente por “domínio associado” (Foucault, 2008a, p. 108) no campo de formulações do Projeto de Lei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Projeto de Lei nº 3338/2024 permitiu compreender que as disputas em torno das questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar ultrapassam o campo educacional, constituindo-se como parte de uma disputa mais ampla pela gestão dos corpos, dos saberes e das formas legítimas de existência. A partir das contribuições de Michel Foucault, foi possível evidenciar que a sexualidade permanece como um objeto privilegiado de intervenção dos dispositivos de poder, sendo constantemente regulada por discursos que produzem fronteiras entre o aceitável e o inaceitável, o normal e o desviante. Nesse sentido, o projeto de lei não se apresenta apenas como uma proposta de participação familiar na educação, mas como um mecanismo que reforça a vigilância sobre os discursos relativos à diversidade sexual e de gênero no espaço escolar.

Ademais, observa-se também que o deslocamento da autoridade sobre os temas da sexualidade para a família tradicional produz uma reconfiguração das relações de poder entre Estado, escola e família, fortalecendo práticas de controle que limitam o acesso a conhecimentos para a formação crítica dos sujeitos. Ao reivindicar a exclusividade da mediação sobre essas temáticas, o discurso presente no PL contribui para a manutenção de uma ordem sexual normativa, centrada em valores cisheteronormativos, que tende a invisibilizar experiências e identidades dissidentes. Por fim, argumenta-se que os enunciados mobilizados pelo Projeto de Lei nº 3338/2024 se inserem em um campo discursivo mais amplo, marcado pela retomada de memórias autoritárias que produzem hierarquizações dos corpos e das sexualidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Júlia Zanatta]. *Projeto de Lei nº 3338*, de 2024. Dispõe sobre o direito de vedação a participação de seus filhos em aulas sobre sexualidade. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/. Acesso em: 20 jun. 2026.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. Trad. Nilton Milanez; Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel**. História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

MILANEZ, Nilton. **Audiovisualidades**: elaborar com Foucault. Londrina: Eduel; Guarapuava: Ed. Unicentro, 2019.

Micro-histórias e cartografias dos prazeres: regimes de visibilidade, controle e corpos dissidentes em Cacha Pregos – BA

Diego Medeiros Farias[2]

Resumo: Este trabalho investiga a Vila de Cacha Pregos (Ilha de Itaparica – BA), analisando como os discursos de paraíso operam como dispositivos de poder que moldam regimes de visibilidade e controle sobre corpos dissidentes. O objetivo é mapear cartografias dos prazeres e regimes de visibilidade que incidem sobre sujeitos LGBTI+, identificando fissuras no arquivo audiovisual do território. A pesquisa adota uma perspectiva foucaultiana (dispositivo da sexualidade, aliança, campo psi) articulada à micro-história e à análise cartográfica, com base em uma micro-série de quatro vídeos publicados em redes sociais. A análise evidencia que o "paraíso" não distribui visibilidade igualmente: corpos normativos fundem-se à paisagem, enquanto corpos dissidentes emergem como excesso, ruído e opacidade. O deboche e a performance funcionam como torção da lógica confessional do campo psi, produzindo uma verdade performática e móvel. Conclui-se que as micro-histórias revelam a regulação e a reinvenção simultâneas dos corpos e desejos, destacando a visibilidade audiovisual como tática política de resistência.

Palavras-chave: Cacha Pregos. Corpos dissidentes. Micro-histórias. Cartografias dos prazeres. Dispositivos de poder.

INTRODUÇÃO

A Vila de Cacha Pregos, localizada na Ilha de Itaparica (BA), tem sido frequentemente representada em vídeos turísticos e redes sociais digitais como um "paraíso" de águas calmas, paisagens bucólicas e contemplação. Contudo, observa-se a circulação paralela de outras imagens produzidas no mesmo território: vídeos curtos marcados por deboche, excesso, precariedade e performances de corpos dissidentes. Essa dualidade suscita a pergunta central que orienta esta pesquisa: como discursos de paraíso operam também como dispositivos de controle? Argumenta-se que o paraíso não é uma descrição neutra da natureza, mas um efeito de práticas audiovisuais: drones, saturação cromática e silenciamento de ruídos cotidianos que instituem uma governamentalidade da calmaria. Esse regime de visibilidade organiza o que pode ser visto, quem pode aparecer como "natural" na paisagem e quais corpos são relegados à opacidade, ao riso ou ao estranhamento. Diante desse cenário, o trabalho busca mapear as cartografias dos prazeres e os regimes de visibilidade que incidem sobre sujeitos LGBTI+ em Cacha Pregos.

[2] Psicólogo. Doutorando em Estudos de Linguagens (PPGEL/UNEB). Bolsista FAPESB. Pesquisador do Labedisco/CNPq. E-mail: sanguedepoeta@gmail.com

Interessa compreender como esses regimes produzem fissuras no arquivo estabilizado do paraíso turístico, analisar de que modo o dispositivo da sexualidade em atrito com a aliança e o campo psi diferencia os corpos que se integram harmonicamente à paisagem daqueles que emergem como excesso, deboche ou opacidade, bem como rastrear a passagem de uma sexualidade marcada pelo segredo e pela interdição para formas contemporâneas de performance e visibilidade dissidente.

DESENVOLVIMENTOS: PERCURSOS METODOLÓGICOS E REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa articula três ferramentas metodológicas. A micro-história (Ginzburg, 1991) permite compreender os pequenos acontecimentos audiovisuais como vestígios de processos sociais mais amplos, deslocando o olhar para os detalhes, desvios e singularidades por meio dos quais corpos e desejos são produzidos e negociados no território. A cartografia permite mapear pontos de atrito no território (bar, praia, espaço público) onde o arco-íris e os corpos dissidentes marcam presença. A análise privilegia os atritos (*frottements*) produzidos pela coexistência de diferentes regimes de visibilidade no mesmo território. Inspirada nas proposições metodológicas de Milanez (2019), a análise trata os vídeos como audiovisualidades, isto é, acontecimentos discursivos cujas materialidades visuais, sonoras e corporais produzem efeitos de verdade sobre o território. As séries audiovisuais são tratadas como documento de análise arqueogenealógica: os vídeos não são ilustrações, mas o próprio objeto empírico que revela fissuras no enunciado do paraíso. A micro-série analisada é composta por quatro vídeos curtos publicados em redes sociais (Instagram, 2026). No total, 53 segundos de registro. Gestos como dança, toque, tapa na nádega, selfie no espelho e falas irônicas sobre a própria precariedade formam uma regularidade enunciativa.

O referencial teórico ancora-se em Michel Foucault, especialmente nas noções de dispositivo da sexualidade, aliança e campo psi. Para Foucault (1999), a sexualidade não é uma essência natural, mas uma construção histórica produzida por discursos médicos, psicológicos, jurídicos e religiosos. O dispositivo da sexualidade prolifera discursos, intensifica prazeres e produz verdades sobre o desejo. O sistema de aliança (tradição, família, herança, estabilidade dos vínculos) opera em tensão

com o dispositivo da sexualidade. Enquanto a aliança tende à estabilidade e à discrição, a sexualidade escapa ao controle fixo, gerando atritos. O campo psi (psicologia, psiquiatria, psicanálise) historicamente produziu mecanismos de confissão e normalização, definindo a fronteira entre o “saudável” e o “dissidente”. O sujeito é levado a falar de si, a interpretar seus desejos e a buscar uma verdade interior. No entanto, nos vídeos analisados, observa-se uma torção dessa lógica: os sujeitos não buscam diagnóstico nem correção; eles performam o desejo por meio do riso, da dança, do deboche e da exposição pública. A confissão é deslocada para o registro da ironia e da performance. É o que denominamos inversão da lógica confessional.

RESULTADOS

A análise evidencia que o “paraíso” não distribui visibilidade igualmente. Corpos normativos (turistas, pescadores em pose contemplativa) fundem-se harmonicamente à paisagem, aparecendo como transparência e continuidade natural. Em contraste, corpos dissidentes (LGBTI+, gays, trans e queer) emergem como excesso, ruído e opacidade. A micro-série analisada fissura o arquivo turístico, revelando que o mesmo território produz regimes distintos de aparição. O conceito de fissura é aqui empregado não como ruptura total, mas como rachadura na superfície lisa do paraíso: uma abertura por onde vazam outros gestos, outros desejos e outras existências. Nesse contexto, o deboche funciona como uma torção da lógica confessional historicamente associada ao campo psi. Os sujeitos falam de si, mas o fazem por meio da ironia, da performance, da dança, do toque e do riso, sem buscar correção ou normalização. A verdade deixa de aparecer como profundidade psicológica e passa a emergir na superfície dos gestos. Os corpos dissidentes não operam fora do dispositivo da sexualidade; ao contrário, mobilizam suas próprias tecnologias de visibilidade para deslocar e reconfigurar seus efeitos de normalização. Para compreender esse processo, utiliza-se a noção de *frottement* (atrito) para descrever o ponto em que registros singulares e corpos dissidentes entram em tensão com as regularidades discursivas que sustentam o enunciado do paraíso. A coexistência desses diferentes regimes de visibilidade produz fissuras que tornam perceptíveis outras formas de existência no território. Enquanto alguns corpos reafirmam a estabilidade do paraíso, outros tornam visível sua instabilidade. Esse

atrito entre transparência e opacidade produz fissuras no dispositivo, abrindo espaço para a emergência de subjetividades que desafiam os mecanismos de captura e classificação.

CONCLUSÃO

As micro-histórias de Cacha Pregos mostram que corpos e desejos são simultaneamente regulados e reinventados pela visibilidade técnica. Os corpos dissidentes não operam fora do dispositivo da sexualidade; utilizam suas próprias tecnologias de visibilidade para deslocar seus efeitos de normalização. O paraíso não é um cenário neutro, mas uma máquina de diferenciação que regula quem pode emergir como paisagem e quem aparece como ruído. A opacidade, longe de ser uma derrota, constitui uma forma política de existência: ela fissura o dispositivo sem rompê-lo totalmente, abrindo espaço para outras formas de vida. Assim como o arco-íris emerge do atrito da luz com a água, a resistência em Cacha Pregos emerge do atrito entre o corpo dissidente e a norma do paraíso. A pesquisa demonstra que o poder nunca opera sem fissuras e que é nelas que outras formas de existência conseguem aparecer. Mais do que revelar corpos dissidentes em Cacha Pregos, as micro-histórias analisadas tornam visíveis os próprios mecanismos que distribuem desigualmente o direito de aparecer no paraíso.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Tradução de Antonio Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

MILANEZ, Nilton. **Audiovisualidades: elaborar com Foucault**. Londrina: Eduel; Guarapuava: Ed. Unicentro, 2019.

Acessibilidade à linguagem jurídica: letramento jurídico no âmbito do Direito das Famílias

Edelson Silva Reis[3]
Celina Márcia de Souza Abbade[4]

Resumo: A pesquisa em andamento busca promover o letramento no âmbito do Direito das Famílias, a partir da perspectiva dos estudos das linguagens, escrevendo e reeditando textos jurídicos em linguagem simples. Além da fundamentação teórica, inclui estudos que têm por objetivo verificar se a aplicação de técnicas que facilitam a compreensão podem auxiliar na divulgação de informações de utilidade pública e na promoção do letramento em Direito, dentre pessoas com escolaridade limitada, sobretudo as pessoas que se acham em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da comunicação jurídica acessível e inclusiva. Considerando que a família é a base da sociedade como preconiza o Art. 226 da Constituição Federal brasileira, espera-se, como resultado, proporcionar a compreensão normativa do Direito das Famílias, que valoriza a afetividade como um bem jurídico, a igualdade de gênero e a pluralidade familiar.

Palavras-chave: Acessibilidade Textual e Terminológica. Linguagem Simples. Letramento em Direito. Direito das Famílias. Pluralidade Familiar.

INTRODUÇÃO

O Direito pode ser definido como uma ciência social que regula a convivência humana, estabelecendo direitos, deveres e obrigações entre as pessoas, por meio de normas (leis, costumes e princípios). Também é considerado como filosofia, pois busca – para além da racionalidade do sistema normativo – os valores sociais e a sua relação com a justiça e a moral. Segundo Miguel Reale, o Direito "tem natureza tridimensional: norma, valor e fato", cabendo à dimensão normativa prescrever a conduta interpessoal, de acordo com os valores da sociedade e recaindo sobre os acontecimentos (Reale, 1978, p. 507).

Sob a perspectiva da Linguística, Celina Márcia de Souza Abbade diz que "a língua de um povo é um de seus mais fortes retratos culturais" (Abbade, 2011, p. 1332), estando organizada por palavras que, agrupadas, formam o discurso do sujeito falante e, consequentemente, ampliam as possibilidades de uma convivência social justa, fraterna e solidária. Para Mikhail Bakhtin, "a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial e ainda que a língua no seu

[3]Doutorando em Estudos de Linguagens da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor assistente do curso de Direito da UNEB, *campus* IV. E-mail: edelsonsilvareis@gmail.com
[4]Pós Doutora em Estudos de Linguagem pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Plena da UNEB, atuando no *campus*. Orientadora da pesquisa. E-mail: celinabbade@gmail.com

uso prático, é inseparável de seu conteúdo ideológico ou relativo à vida" (2003[1979], p. 280). Paulo Freire afirma que "a educação é moldada por ideologias que muitas vezes, é passada aos educandos de maneira indireta e sem que estes tenham consciência de que estão sendo manipulados" (Freire, 1996, p. 38), enquanto Louis Althusser enfatiza que a escola reproduz a ideologia dominante para que os agentes da exploração e da repressão possam assegurar também, pela palavra, "a dominação da classe dominante, ensinando aos futuros operários a obedecer bem e aos futuros capitalistas a mandar bem" (Althusser, 1980, p. 19-22). Seguindo a linha de raciocínio de Althusser (1980) e Freire (1996), há manipulação das palavras em geral, principalmente no Direito que regula a conduta dos indivíduos e trata dos conflitos de interesses das pessoas.

O tema de estudo desta pesquisa é a linguagem jurídica no português do Brasil, focado na acessibilidade e no letramento jurídico tendo como *corpus* normas no âmbito do Direito das Famílias, especialmente no livro I do Código Civil de 1916 (revogado), no livro IV do Código Civil de 2002 (em vigor) e no capítulo VII do título VIII da Constituição Federal. A escolha do tema é justificada pela importância de tornar acessível a linguagem jurídica para todas as pessoas, especialmente as com escolaridade limitada, sobretudo as que se acham em situação de vulnerabilidade socioeconômica. As questões suscitadas na pesquisa em andamento perpassam por investigar se as leis são compreendidas pelos leitores leigos e o que pode ser feito para facilitar a compreensão leitora em prol de uma maior acessibilidade textual e adotar, a partir do nível de complexidade, as melhores estratégias de escrita, de reescrita ou de tradução intralinguística para que textos legais possam ter uma maior leiturabilidade. O objetivo geral da pesquisa é dar acessibilidade à linguagem jurídica e proporcionar o letramento jurídico, a partir da perspectiva dos estudos da linguagem, reescrevendo e reeditando textos jurídicos em linguagem simples.

LETRAMENTO JURÍDICO

É natural que no Direito, em se tratando de linguagem especializada (terminológica), os termos sejam melhor dominados pelos seus lidadores, mas isso não significa que deva ser inacessível para os falantes em geral, até porque são submetidos às normas jurídicas que estabelecem os seus direitos, prerrogativas, deveres e obrigações. No entanto, a linguagem jurídica tem se tornado cada vez mais

rebuscada, dando origem ao denominado *juridiquês*, pouco correlacionado com a estrutura geral do conhecimento. Diversas normas foram editadas visando garantir a acessibilidade textual, tais como: o Decreto nº 4.176/2022 determina que as disposições normativas sejam redigidas com clareza, precisão, especialmente quanto ao uso de palavras e expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, usando frases curtas e concisas, evitando-se siglas, jargões, estrangeirismos e adjetivações dispensáveis; a Recomendação do CNJ nº 144/2023, orienta que todos os órgãos judiciais, com exceção do STF, utilizem linguagem simples, clara e acessível, com o uso, sempre que possível, de elementos visuais que facilitem a compreensão da informação em todos os atos administrativos e judiciais, devendo disponibilizar versão simplificada dos atos que veiculam conteúdo essencialmente técnico-jurídico; a Lei nº 15.263/2025 obriga que todos os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, façam uso de linguagem simples, de modo que as palavras, a estrutura e o *layout* permitam ao cidadão facilmente encontrar a informação, compreendê-la e usá-la.

ACESSIBILIDADE TEXTUAL E TERMINOLÓGICA

A pesquisa busca embasamento com os principais estudiosos das Ciências do Léxico, perpassando pela Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, tendo como referencial teórico a Teoria da Acessibilidade Textual e Terminológica (ATT), utilizada no Brasil por meio das pesquisas conduzidas pelo grupo ATT/UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), sob a coordenação de Maria José Bocorny Finatto. A proposta é a de ultrapassar o limite da sistematização do léxico terminológico, considerando sobre o funcionamento de um todo de texto, em sua sintaxe e semântica, em meio às suas dimensões discursiva e comunicativa, buscando aproximar a Terminologia da Lexicologia, através da correspondência entre as lexias e os termos, numa espécie de tradução dentro de uma mesma língua, esclarecendo que “não se trata de vulgarização científica, mas do direito cada vez mais o cidadão brasileiro tem acesso à informação textual escrita” (Finatto; Evers; Stefani, 2016, p. 138). Para tanto, “diferentes processos e estratégias de simplificação textual são testados tendo-se em vista uma aproximação com a ideia de uma tradução intralinguística” (Finatto; Tcacenco, 2021, p. 22). Os estudos de Rudolf Flesch são imprescindíveis para a simplificação textual. Flesch promoveu uma linguagem mais

acessível a diferentes leitores, de acordo com a sua proficiência. Defensor de uma linguagem acessível (*plain language*), criou o Índice Flesch de Facilidade (Flesch, 1949) e, mais adiante, em parceria com J. Peter Kincaid, o Índice Flesch-Kincaid (Flesch; Kincaid, 1975), estimando o grau de complexidade de um texto com base na relação entre tamanho das frases e tamanho das palavras (Flesch), considerando o grau escolar necessário para se compreender determinado texto (Flesch-Kincaid). Tais índices, adaptados para o português brasileiro, serão uma ferramenta indispensável para a consecução dos propósitos da pesquisa.

APROXIMAÇÃO TERMINOLÓGICO-LEXICAL

Merece destacar alguns avanços no âmbito do Direito das Famílias, com o advento da Constituição de 1988, aproximando a terminologia jurídica do léxico acessível, tornando mais ilustrativo da realidade social, tais como o “direito de visita” (eventualidade) que deu lugar ao “direito de convivência” (intensidade), a “guarda unilateral” (exclusividade) à “guarda compartilhada” (socializada), o “código de menores” (coisificação) ao “estatuto da criança e do adolescente” (personalização), o “pátrio poder” (do pai) ao “poder familiar” (da família), assim como a “outorga marital” (autorização do marido) e a “outorga uxória” (autorização da esposa) foram substituídas pela “outorga conjugal” (consentimento do consorte). Ademais, o reconhecimento da “união homoafetiva” (neologismo) e a modificação do *nomen juris* “direito de família” para “direito das famílias”, passou a melhor retratar a pluralidade de arranjos familiares reconhecidos pela legislação, sobretudo depois da Constituição de 1988.

DIALOGANDO NO V CONGRESSO NACIONAL DA ABRAFH

Mesmo em se tratando de uma pesquisa de natureza lexical, foi estabelecido um diálogo no V Congresso Nacional da Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH), realizado nos dias 22 e 23.05.2026, em Salvador (Ba), que teve com tema “A tua família é tão importante quanto a minha: vamos nos respeitar?”, considerando que a pesquisa em andamento potencializa a compreensão das normas no campo do Direito das Famílias para além da cultura patriarcal, heteronormativa e patrimonialista, valorizando a afetividade como um bem jurídico a ser tutelado pelo Direito, abrindo possibilidades para a desconstrução das identidades

impostas e de resistência às formas de normalização social que ainda prioriza o modelo heterossexual, monogâmico e patriarcal, atribuindo papéis fixos, tais como: homem provedor e mulher cuidadora, dentro do processo denominado como poder disciplinar e biopolítico, que regula corpos, relações afetivas, identidades (gênero, orientação sexual) e que durante muito tempo estabeleceu a hierarquia entre homem e mulher, a heterossexualidade como padrão e a criminalização e/ou a invisibilização de relações homoafetivas.

REFERÊNCIAS

ABBADE, Celina M. de S. Lexicologia Social: A Lexemática e a Teoria dos Campos Lexicais. In: ISQUERDO, Aparecida N.; SEABRA, Maria Cândida T. C. de. (Orgs.). *As Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2012, v. 6, p. 141-161.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e os Aparelhos Ideológicos de Estado: Notas para uma Investigação*. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980. p. 41 -104.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2003[1979].

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). *Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples* (2023). Disponível em: https://www.cnj.jus.br/gestao-da-justica/acessibilidade-e-inclusao/pacto-nacional-do-judiciario-pela-linguagem-simples/. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA). *Projeto de Linguagem Simples* (2022). Disponível em: https://www.tjba.jus.br/primeirograu/comunicacao-eficiente-e-inclusiva-pagina-linguagem-simples-do-tjba-facilita-o-acesso-a-informacao/Acesso em:10 mar.2025.

FINATTO, Maria. J. B.; EVERS, Aline.; STEFANI, *Mônica*. Letramento Científco e Simplifcação Textual: o Papel do Tradutor no Acesso ao Conhecimento Científco. Letras, Santa Maria, v. 26, n. 52, p. 135-158, jan./jun. 2016. Disponível em: https://periodicos. ufsm.br/letras/article/view/25328. Acesso em: 18 jun. 2025.

FINATTO, Maria José Bocorny; TCACENCO, Lucas Meireles. Tradução Intralinguística, Estratégias de Equivalência e Acessibilidade Textual e Terminológica. Tradterm: São Paulo, v. 37, n. 1, p. 30-62, jan. 2021. Disponível em: www.revistas.usp.br/tradterm. Acesso em: 13 fev. 2021. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2317-9511.v37i0p30-63

FLESCH, Rudolf. *The Art of Readable Writing*. Nova York: Harper Row, 1949.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*, 2 vol. São Paulo: Editora Saraiva, 1978.

Uma cena epistemológica do afeto: uma leitura de *Amora* à luz da crítica cultural

Emmeli Santos Oliveira[5]
Paulo César García[6]

Resumo: O campo da literatura contemporânea brasileira se configura como um território de disputa no qual existem possibilidades de escrever e reescrever experiencias que foram por muito tempo negadas, apagadas e/ou silenciadas. A obra *Amora* (2025), de Natalia Polesso, expõe em seus contos os afetos lésbicos no cotidiano e a partir da diversidade dessas identidades. OBJETIVO: Compreender de que maneira o afeto na obra se torna um operador epistemológico quando desviado da heteronormatividade, ou seja, entender os processos de visibilidade, resistência e produção de sentido apresentados ou representados nos contos da obra. METODOLOGIA: A pesquisa adota abordagem qualitativa de caráter interpretativo, ancorada na análise discursiva e na crítica cultural e literária contemporânea, em diálogo com os estudos de gênero e sexualidade, mobilizando conceitos a partir de autores como Monique Wittig, Jacques Derrida e Michel Foucalt. DESENVOLVIMENTO: A cena epistemológica que surge nos contos é aquela em que o afeto não opera apenas como resistência, mas como gesto produtor de verdade. Revela que outras epistemes se constituem não a partir da explicação racionalizada do desvio, mas da afirmação sensível de vidas que se narram por si. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A cena epistemológica que se apresenta na obra de Natalia Polesso (2025) é o afeto que resiste e produz conhecimento, como resistência diante dos discursos historicamente impostos sobre a lesbianidade, possibilitando outros modos de vida que se constroem longe do olhar disciplinador da heteronormatividade.

Palavras-chave: Afeto. *Amora*. Epistemologia. Lesbianidade.

INTRODUÇÃO

A literatura configura um espaço capaz de produzir ou reproduzir as normas que organizam uma sociedade. Dessa maneira, ao olharmos para a composição do cânone ocidental, e aqui o recorte é o brasileiro, fica evidente a ausência de determinados grupos socias, étnicos e sexuais. Essa marca expõe um cenário brasileiro composto majoritariamente de homens, brancos, cis/heteros e em sua maioria, de uma elite sociocultural ideológica que domina e determina os códigos de construção e representação, não apenas na literatura, mas também em seguimentos socioculturais e econômicos.

Portanto, o campo literário contemporâneo se torna território de disputa das possibilidades de escrever e reescrever experiencias que foram apagadas, silenciadas e negas por muito tempo. Pois, o que está em jogo é a possibilidade de

[5] Graduada em Letras- Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), CAMPUS II Alagoinhas/BA. Linha de pesquisa Literatura, Produção Cultural e Modos de Vida. Endereço eletrônico: ripoll635@gmail.com

[6] Paulo César García é doutor em Literatura e professor titular pleno do curso de licenciatura em Letras e do programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia.

dizer sobre si e sobre o mundo e de se fazer visível nele. (Dalcastagné, 2012) As novas produções que se destacam nesse cenário são vistas e lidas com a intenção de legitimar e visibilizar corpos que solicitam o reconhecimento de suas subjetividades e desestabilizar barreiras que constituem as diferenças e exclusões, que uma estrutura hierárquica de poder patriarcal branca, fortaleceu através da canonização de determinadas obras literárias.

Nesse sentido, esse trabalho busca produzir conhecimento sobre o universo das obras literárias e escritas LGBTQI+, com recorte nas identidades de mulheres lesbianas em coletânea de contos do livro *Amora*, publicado pela primeira vez em 2015, pela editora Dublinense, mas a edição utilizada no trabalho é a lançada em 2025, pela mesma editora. Natalia Polesso, nascida em 1981, no município de Bento Gonçalvez, Rio Grande do Sul, é pesquisadora, autora e tradutora e pós-doutorada pela Pontifícia Universidade de Caxias do Sul (PURCS), com doutorado em Teoria da Literatura pela PUCRS (2017), com mestrado em Letras pela Universidade de Caxias do sul. Com oito livros publicados, dentre eles, *Amora*, vencedor do Prêmio Jabuti; Controle (2019), finalista do Prêmio São Paulo de Literatura; Corpos Secos (2020), prêmio Jabuti na categoria Romance de entretenimento; A extinção das abelhas (2021), finalista dos Prêmios Jabuti e São Paulo. A autora teve seu trabalho traduzido em diversos países, tais como Argentina, Espanha, Estados Unidos e Reino Unido. A autora ficou conhecida depois da publicação do seu terceiro livro Amora, no qual utiliza a linguagem com um estilo próprio de escrita, lapidando palavras, expressões que conseguem promover uma quebra de estereótipos sobre a literatura, em particular, a respeito das mulheres lesbianas, que são vítimas dos estigmas de uma mentalidade patriarcal que as colocam unicamente numa zona de erotização criada para o consumo do público masculino.

METODOLOGIA

Amora (2025) é composto por trinta e três contos divididos em duas partes, a primeira *Grandes e Sumarentas*, com contos mais longos e narrativas mais fechadas, e a segunda *Pequenas e Ácidas*, com narrativas mais curtas e experimentais. O livro foca essas narrativas no protagonismo feminino e na vivência da lesbianidade, possuindo uma grande diversidade com relação a caracterização das personagens, a vivência da sexualidade e a construção das identidades lesbianas. Dentro do

processo analítico foram levados em consideração o texto, as representações e composições das personagens dos contos, e serão estabelecidos panoramas que constituem o objeto da pesquisa nesse recorte analítico, em meio ao qual se discutirá a diversidade das personagens, não apenas no que diz respeito à caracterização e aos recortes de classe, raça e geração, mas também sobre a maneira como elas servem para se ler a realidade a qual possam estar inseridas.

Em “Problemas de Gênero: Feminismo e a Subversão da Identidade” (2018), Judith Butler argumenta que o gênero não é uma categoria fixa e predefinida, mas sim uma construção social e performativa que se concretiza através de atos repetitivos e performativos e que não existe uma identidade de género essencial. Portanto, o gênero não é uma característica intrínseca, mas sim uma construção social, um desempenho que as pessoas realizam de acordo com normas culturais e sociais. Butler introduziu o conceito de "performatividade de gênero", que sugere que o ato de realizar o gênero é o que cria a identidade de gênero, em vez de ser uma expressão de uma identidade preexistente.

Em Amora (2025), existe uma ruptura direta com a categoria essencialista de “mulher” à medida que, o afeto se desloca do território heterossexual para o cotidiano e trivial, de uma existência que não está interessada em se aproximar de categorias fixas ou normativas de gênero. Esse movimento esbarra na noção de différance de Jacques Derrida (2001), na qual o autor recusa a ideia de significações fixas, pois na diferença podem ser produzidos sentidos que se constituem a partir de um jogo incessante de diferenças.

O afeto na obra de Natalia Polesso, não está propondo um novo padrão fixo de relação ou identidade, mas sim uma possibilidade de existência plural e diversa que se inscreve no “pensamento lésbico” formulado pela crítica Monique Wittig (1976) em O pensamento hétero e outros ensaios (2025). Essa proposta, sugere a destruição de um sistema que conceitua binaria e opostamente a categoria “mulher” e se afasta dela enquanto construção política inscrita no regime heterossexual, evidenciando que categorias de gênero se originam de práticas discursivas e não são essencialmente naturais.

Na coletânea, o símbolo é a lesbianidade lida a partir da gramatologia e derridanamente, na qual a significação fluida nega qualquer determinação essencialista que identidades, práticas e afetos dissidentes são submetidos. Nos

contos, o ser lésbica se desdobra de maneira cíclica, a qual pode se apresentar em determinados momentos enquanto uma descoberta e em outros como conflito e memória, transformando o afeto lésbico em um ponto de tensão, do qual o sentido escapa, se reinscreve e destaca o funcionamento de uma linguagem própria que torna possível perceber a instabilidade de todo significado e constata que ele é atravessado por disputas de poder.

DESENVOLVIMENTO

Portanto, a lesbianidade em Amora (2025) e o que ela representa evidencia o seu deslocamento em relação à norma e expõe aquilo que foi relegado a margem ou a sombra, como produtor da própria verdade ou da própria origem, revelando uma estrutura de caráter determinante na cultura brasileira, a heteronormativa. No livro, o afeto entre mulheres é lido como operador epistemológico, pois cria uma cena epistemológica do afeto que desorganiza as estruturas tradicionais de sentido e rompe com “a heterossexualidade não como instituição, mas como regime político apoiado na submissão e na apropriação de mulheres.” (Wittig, 2025, p.25) através de uma conversa íntima, um gesto de cuidado, uma relação que inventa outras maneiras de tempo, corpo e linguagem (escrita ou fala) que se origina fora da lógica do desejo atrelado apenas a reprodução a qual a mulher foi/é submetida.

Para melhor compreensão de como esses afetos se articulam com regimes de verdade, Michel Foucault em A verdade e as formas jurídicas (2002) coloca que a verdade é e pode ser produzida neste mundo, pois graças a diversas forças de controle que produzem efeitos regulamentados de poder, pois a verdade se forma, onde um certo número de regras de jogo são definidas das quais vemos nascer certas formas de subjetividades, certos domínios de objeto, certos tipos de poder. (Foucault, 2002, p. 11) Dessa maneira, o poder não está desassociado da produção de discursos e verdades.

Para Michel Foucault em História da sexualidade I (1988), a sexualidade se tornou um dos maiores instrumentos de controle social, analisando a relação entre sexo e poder. Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados da maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias. (Foucalt, 1988, p. 114). A sexualidade é regulada pelo poder que controla

e represa condutas sexuais que fogem de modelos binários estabelecidos dentro de sistemas heteronormativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao registrar o afeto lésbico na vida comum, Amora (2025) estabelece um gesto epistemológico significativo, pois se desloca na própria ordem do verdadeiro. Natalia Polesso (2025) não tem interesse em representar ou atestar papeis que buscam explicar, justificar e até patologizar o desejo entre mulheres. A sutileza em que suas cenas são construídas, colocam o afeto como algo que simplesmente acontece: um toque, um constrangimento, uma alegria, um reencontro, uma expectativa. Essas situações se inscrevem como contranarrativas que desafiam os discursos tradicionais de verdade, justamente por confirmarem um modo de vida que não precisa de legitimação externa.

Assim, a cena epistemológica que Amora (2025) faz surgir é aquela em que o afeto não opera apenas como resistência, mas como gesto produtor de verdade. Ele revela que outras epistemes se constituem não a partir da explicação racionalizada do desvio, mas da afirmação sensível de vidas que se narram por si. Nesse movimento, a obra desloca o regime de verdade dominante e oferece ao leitor uma abertura para imaginar outros modos de conhecer e existir, em que a lesbianidade deixa de ser objeto de discurso para se tornar, ela mesma, produtora de mundo.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero [recurso eletrônico]: feminismo e subversão da identidade*/ Judith P. Butler; tradução Renato Aguiar. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DALCASTAGNÈ, Regina. Um território contestado: literatura brasileira contemporânea e as novas vozes sociais*. IBERIC@L: Revue d'études ibériques et ibéro-américaines*, n. 2, p. 13–18, 2012.

DERRIDA, Jacques. *Posições*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2002.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 14. ed. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

POLESSO, Natalia Borges. *Amora*. Edição especial. 2. ed., 5. impr. São Paulo: Dublinense, 2025.

WITTIG, Monique. *O pensamento hétero e outros ensaios / Monique Wittig*; tradução Maíra Mendes Galvão. 1. Ed.; 1. reimp. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2025. (éFé)

Sexualidade na velhice de mulheres sexo-gênero dissidentes em Salvador, Bahia

Iandra Mikaelly Gonçalves da Silva[7]
Anderson Fontes Passos Guimarães[8]

Resumo: A gerontologia, ao tratar de sexualidade, é permeada pela ótica cisheteronormativa, de modo a silenciar experiências sexo-gênero dissidentes. No entanto, o envelhecimento populacional no Brasil vem reivindicando o caráter heterogêneo das velhices e o debate sobre elas. O objetivo deste estudo é compreender como as vivências de sexualidade de mulheres velhas sexo-gênero dissidentes em Salvador se entrelaçam às categorias de gênero e geração. A fim de responder a esta pergunta, busco: traçar o cenário atual dos estudos sobre velhice e sexualidade na última década; analisar as vivências afetivo-sexuais de mulheres dissidentes de gênero e sexualidade na velhice e discutir os entrelaçamentos entre gênero, geração e sexualidade para essa população. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, realizada através de revisão bibliográfica narrativa; entrevistas semiestruturadas com mulheres não-cisgêneras ou não-heterossexuais com idade entre 60 e 80 anos residentes na área urbana de Salvador e análise crítica do material resultante, organizado por categorias definidas com base nos objetivos da pesquisa e discutido através do aporte teórico, tendo como principais referências os estudos em gerontologia LGBT e produções feministas de mulheres dissidentes de gênero e sexualidade. Esta pesquisa tem como resultados esperados a contribuição para os estudos de gênero, sexualidade e envelhecimento, bem como para a realização de novos estudos e o aprimoramento e cumprimento de políticas públicas para pessoas velhas que não correspondem às normas de gênero e sexualidade.

Palavras-chave: Dissidências; Gênero; Sexualidade; Velhice.

INTRODUÇÃO

Este texto é um desdobramento da pesquisa de mestrado que desenvolvo sobre sexualidade na velhice a partir de mulheres dissidentes de gênero e sexualidade, no Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Universidade Federal da Bahia, enquanto bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O trabalho surge de algumas inquietações que vêm chegando para fazer morada em minha vida. Antes de contar suas origens, adianto que farei uso da palavra "velha" para me referir a pessoas na velhice pela escolha política de tecer outras narrativas sobre o que é dito negativo, gasto ou mesmo, feio, como defende Virginie Despentes (2016).

Quando eu era adolescente, uma mulher velha, que fazia parte do meu círculo familiar me confidenciou ser sexualmente ativa. Seu breve relato me deixou surpresa,

[7] PPGNEIM/Universidade Federal da Bahia.
[8] PPGNEIM/Universidade Federal da Bahia.

o que me fez questionar o motivo da minha reação. Por que eu, sem que ninguém me confirmasse ou nunca tivesse conversado comigo sobre o assunto, assumira durante quase toda a minha adolescência que as pessoas velhas não fazem sexo? Como as pessoas velhas exercem suas sexualidades? Ao longo da minha trajetória acadêmica, no meu processo de me entender nas dissidências, me interessei pela produção de uma pesquisa que aborde as existências e vivências afetivo-sexuais de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade na velhice.

O fenômeno do envelhecimento da população no Brasil vem sendo apontado por levantamentos como o Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. Segundo o órgão (2023), 15,6% das pessoas que residem no país estão acima dos 60 anos, o que significa um crescimento em 56% em comparação ao ano de 2010. Tendo como foco essa população, existem cerca de 80 pessoas velhas para 100 crianças de 0 a 14 anos em 2022, representando um índice de envelhecimento expressivo em comparação com 2010, que era de 44,8. Os dados apontam para a necessidade de se debruçar sobre as velhices, pensando suas especificidades, o que inclui pensar a sexualidade nessa fase.

Entretanto, a maior parte dos estudos realizados sobre a velhice estão no campo da saúde (Alda Britto da Motta, 2019), de modo a tratar a sexualidade com pouca frequência, reservando-se, muitas vezes, a descrever a atividade sexual de modo biologizante e genitalizante (Gradim e Sousa, 2007). Essa perspectiva, quando apresentada exclusivamente, além de reduzir a sexualidade ao sexo e este a atividades penetrativas, que envolvem apenas genitais, também sugere uma dessexualização de pessoas velhas em nome das transformações do corpo, que prejudicariam suas supostas funções sexuais. Quando se põe a lente sobre os estudos que se propõem a discutir sexualidade e velhice de forma mais abrangente e não exclusivamente biológica, é possível enxergar que se delineia um “panorama heteronormativo”, termo escolhido por Henning (2014) ao constatar que os estudos sobre envelhecimentos e velhices humanas pressupõem a heterossexualidade de pessoas velhas, invisibilizando o debate sobre sexualidades e afetividades dissidentes na velhice, sobretudo de mulheres.

Adrienne Rich (2012), discute o pressuposto da heterossexualidade para mulheres pensando-o enquanto instituição política a partir da “heterossexualidade compulsória”. Este termo pode lançar pistas sobre o apagamento de mulheres velhas

cujas sexualidades não obedecem à norma, uma vez que enfrentam, no mínimo, tripla invisibilidade, em função de sua sexualidade, seu gênero e sua idade (Alvis *et al.*, 2020). Desse modo, o ato de tornar vistas as resistências de mulheres não cisgêneras e não heterossexuais que envelhecem, amam e exercem suas sexualidades a partir de um lugar que foge à norma se mostra relevante diante de um cenário de invisibilidade para essa população.

A partir dessa discussão, proponho uma investigação localizada na cidade de Salvador, que busca compreender a relação entre gênero e geração e as experiências afetivo-sexuais de mulheres dissidentes de gênero e sexualidade que estão na velhice. Para cumprir este objetivo, pretendo apresentar a conjuntura do que vem sido discutido pelos estudos mais recentes sobre gênero e geração, com foco em sexualidade na velhice; analisar as experiências afetivo-sexuais de pessoas velhas sexo-gênero dissidentes e relacionar gênero, geração e sexualidade no contexto das pessoas na velhice que destoam das normas cis e heterossexuais.

METODOLOGIA

A pesquisa aqui relatada é de caráter qualitativo. Chizzotti (2003) caracteriza a pesquisa qualitativa a partir da descrição e análise de interações sociais manifestadas em suas especificidades, estando localizadas temporalmente, politicamente, territorialmente e sócio-historicamente, de modo que o foco esteja descolado da quantificação estatística; esta definição cabe na pesquisa aqui apresentada. Visto que a investigação consiste em compreender o contexto específico de uma população, também se trata de um estudo exploratório (Triviños, 1987).

Para responder aos objetivos propostos, será realizada inicialmente uma revisão bibliográfica narrativa da literatura, buscando adquirir um panorama das contribuições mais recentes sobre sexualidade e envelhecimento, a fim de obter bases teóricas para analisar os dados obtidos ao longo da pesquisa.

O instrumento para coleta de dados será a entrevista semiestruturada que, segundo Triviños (1987), este método valoriza as pessoas participantes, de modo a lhes deixar livres para falar espontaneamente sobre suas histórias, o que é relevante para este trabalho, que pretende ecoar vozes dissidentes. As entrevistas serão realizadas com mulheres da população sexo-gênero dissidente na velhice e moradora da zona urbana de Salvador, sendo prevista a participação de 6 pessoas, que

deverão, como critérios de inclusão: ter idade entre 60 e 80 anos e estar em condições físicas e psicológicas de passarem por entrevistas individuais, identificar-se como mulher dissidente de gênero ou sexualidade e ser moradora da zona urbana de Salvador, podendo participar do estudo pessoas de quaisquer cores e etnias. Não serão selecionadas aquelas que não corresponderem ao critério de idade, que sejam cis-heterossexuais ou que não residam na cidade de Salvador.

Para realização dessa etapa, todas as pessoas participantes assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As entrevistas serão individuais e os dados obtidos através desses encontros serão transcritos e passarão por análise qualitativa, sendo relacionados com os achados teóricos da fase de revisão bibliográfica e discutidos a partir de uma perspectiva crítica, a fim de responder aos objetivos postos.

Uma vez que se trata de uma pesquisa a ser realizada com pessoas em uma de suas fases, o trabalho foi encaminhado ao CEP/CONEP, cumprindo as normas e orientações que constam nas diretrizes da pesquisa com seres humanos indicadas nas resoluções CNS 466/2012 e 510/2016, protegendo os dados pessoais e sensíveis das pessoas participantes.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Segundo Alda Britto da Motta (2011; 2019), dar vida às narrativas de gerações que estão na velhice através da pesquisa e divulgação científica significa atualizar e construir uma memória social mais ampla e heterogênea, uma vez que muitas pessoas velhas vivenciaram momentos históricos parecidos, mas de diferentes maneiras.

Desse modo, é esperado que esta investigação contribua para o desenho de um panorama que se delineia a partir de múltiplas vivências, valorizando as histórias afetivas e sexuais de mulheres cujas experiências de gênero, afetividades, e sexualidades não se localizam nas normas cisgêneras e heterossexuais, de modo a não apenas resgatar as memórias das dissidências, mas também a obter pistas sobre futuros possíveis e envelhecimentos que resistem para além das violências que constituem o cenário brasileiro.

Pensando nos campos de estudos dos envelhecimentos, velhices, gênero e sexualidades a partir de uma pesquisa em andamento, tenho me alinhado com

perspectivas que analisam e discutem as vivências velhas como heterogêneas (Alda Britto da Motta, 2019; Silva e Araújo, 2020). Com base nisso, reforço a produção científica sobre o tema a partir de diferentes lugares físicos e sociais, de modo a construir um cenário brasileiro no qual estejam em circulação pesquisas, discussões e produções culturais múltiplas e provocadoras de mudanças sociais para além do ambiente acadêmico, de modo a produzir epistemologias transgressoras da hegemonia cis-heterossexuais e brancas.

Além disso, é prospectado que este estudo seja um incentivo ao aprimoramento e cumprimento de políticas públicas que contribuam para que mulheres sexo-gênero dissidentes na velhice vivenciem uma sexualidade saudável, com acesso a programas, campanhas e políticas permanentes de saúde sexual e discussões sobre sexualidade.

REFERÊNCIAS

CHIZZOTTI, Antônio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação.** Braga, v. 16, n.2. 2003.

DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. Tradução de Márcia Bechara. São Paulo: n-1 edições, 2016.

GRADIM, Clícia. V. C; SOUSA, Ana M. M; LOBO, Juliana. M. *et al.* A prática sexual e o envelhecimento. **Cogitare Enferm**, v. 12, n.2, p. 204-213, abr/jun, 2007. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/9826. Acesso em: 11 jun. 2025.

HENNING, Carlos E. Gerontologia LGBT: velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos "idosos LGBT"**. Horizontes Antropológicos,** Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 283-323, jan./abr. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ha/a/Mw58qyvVjfSQy7hbmmZqLbm/abstract/?lang=pt. Acesso em: 09 jun. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MOTTA, Alda B. As Velhas Também**. Ex Aequo (Oeiras)**, v. 23, p. 13-21, 2011. Disponível em: https://scielo.pt/pdf/aeq/n23/n23a03.pdf. Acesso em: 11 jun. 2025

MOTTA, Alda B. Famílias de centenários no brasil: gênero e relações de família. In: Lucía Monteiro; Mariana Paredes. (Org.). **Desde la niñez a la vejez: nuevos desafíos para la comprension de la sociologia de las edades.** Buenos Aires: Teseo, 2019. p. 299-324.

Disponível em: https://www.easyplanners.net/alas2017/opc/tl/6353_alda_brito_da_motta.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades.** Natal: v.4, n.5. jan/jun., 2012, p.17-44. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309. Acesso em: 10 ago. 2025

SILVA, Henrique S; ARAÚJO, Ludgleydson F. A; Velhice LGBT: Apresentação de um panorama de estudos nacionais e internacionais. *In*: ARAÚJO, Ludgleydson F. A; SILVA, Henrique S (org.). **Envelhecimento e Velhice LGBT:** práticas e perspectivas biopsicossociais. Campinas: Editora Alínea, 2020. p.17-45.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Corpos em trânsito e regimes de controle: das intersexualidades

Lisandra Amparo Ribeiro Pimentel[9]

Resumo: Este resumo constitui-se de um breve recorte da tese intitulada “Virilidades, Corpos Dissidentes e Práticas de (Des)subjetivação: a constituição dos dizeres verdadeiros de sujeitos e de sujeitas egressos de Universidades Públicas Baianas” (PPGEL-UNEB), situada no campo das subjetividades dissidentes, cujos corpos têm sido alvejados por intervenções de ordem jurídica, social e médica. Seja pelo estudo das presunções sexuais e das violências simbólicas, seja pela discussão acerca da patologização da dissidência e da vigilância à performatividade de gênero de corpos em trânsito – sobretudo os intersexuais –, este resumo objetiva analisar como a intersexualidade é gerida por dispositivos de saber-poder/regimes de controle, com o fito de entender como são operadas as tensões entre a cis-heteronormatividade e a autonomia dissidente. No processo de ancoragem teórica, recorremos aos Estudos Discursivos Foucaultianos, a Nilton Milanez e a Judith Butler essencialmente para fundamentar a discussão sobre biopoder, práticas discursivas de controle, “anormalidade”, dessubjetivação e “narrativas de si”. Resultados: na esteira das tecnologias impositivas de gênero, apesar de o regime de controle visar à “normalização” do corpo intersexo por meio de intervenções cirúrgicas e medicamentosas, as narrativas de si surgem não apenas como fissuras ao sistema patologizador dessa corporeidade, mas também como uma agência potente na exposição da fragilidade das categorias rígidas de sexo. Conclusões: longe de ser uma patologia, os corpos intersexo são exemplares genuínos da pluralidade que habita as subjetividades; assim, reafirmamos que a transmasculinidade é disruptiva e transformadora ao mesmo tempo, dado que sua vivência se aferroa como ato político de (re)existência.

Palavras-Chave: Corpo. Intersexualidade. Regimes de Controle. Estudos Discursivos Foucaultianos.

INTRODUÇÃO

De uma narrativa de patologização, a história recente registra engendros de alocação e de controle de corpos em trânsito que, de modo recorrente, também são alijados a um limbo de não-lugar e de eterna passabilidade compulsória no campo da diferenciação entre os sexos (Butler, 1993). Campo esse que se resvala na fisiologia e na anatomia, estipulando um referencial de superioridade e de supremacia que se baliza pelo “império do falo”, engendrando uma hierarquia entre corporeidades, posicionando as subjetividades dissidentes em um estado contínuo de antagonismo, de abjeção e de violência (Preciado, 2014).

Os dizeres verdadeiros no tocante aos gêneros e às sexualidades no processo de produção de subjetividades e de construção do masculino no contemporâneo, tomando-se como ponto de interseção uma analítica da subjetivação, da

[9] UNEB (Universidade do Estado da Bahia). E-mail: lispiment@hotmail.com

(des)subjetivação, da (re)subjetivação e da (trans) subjetivação, atravessada pelos Estudos Discursivos Foucaultianos, por Judith Butler e por Nilton Milanez; alinhada à leitura das masculinidades como dispositivos de controle de corporeidades dissidentes, sobretudo no campo simbólico de sentido estruturante. O presente resumo objetiva analisar como a intersexualidade é gerida por dispositivos de saber-poder/regimes de controle, com o fito de entender como são operadas as tensões entre a cis-heteronormatividade e a autonomia dissidente.

RESULTADOS

De pronto, importa-nos pensar que a transitoriedade habita os corpos desde a sua concepção enquanto ser biológico até a sua construção no corpo sociocultural, independentemente de um alinhamento na cis-heteronormatividade ou não. Isso porque, na esteira discursiva dos gêneros e das sexualidades, surge o conceito de "passabilidade" que se insere estrategicamente como mecanismo de controle de subjetividades transgênero e não-binárias em um processo de conformidade desses corpos às normas cisgêneras.

Segundo Jesus (2018), a passabilidade é um operador regulatório do olhar cis-heteronormativo que funciona como régua de legibilidade, condicionando as subjetividades a uma espécie de humanização e de validação existencial. Essa autora ainda salienta sobre a capacidade de mimetização de padrões de comportamentos e discursos que a binaridade pressupõe aos corpos dissidentes sob a pecha de uma camuflagem necessária à sobrevivência.

Quanto aos corpos em trânsito, a passabilidade, muitas vezes, é utilizada como uma manobra de sobrevivência em uma sociedade que favorece a adequação ao gênero atribuído no nascimento. A questão é: e quando estamos falando de corpos intersexo, de qual atribuição estamos falando mesmo? É com base nesse questionamento que tomarmos alguns recortes enunciativos de "narrativas de si" a partir de uma subjetividade intersexo e tecemos considerações preliminares no circuito dos regimes de controle que se engendram sobre os corpos em trânsito (Butler, 2003).

Na esteira da (re)configuração de gêneros e/ou na composição identitária por que uma subjetividade é exposta, podemos acionar o que Stoller (1993, p. 28) define como "mescla de masculinidade e feminilidade", ou seja, qualquer qualidade de

afecção por um corpo que a possui. Sendo assim, dentro de um conjunto de padrões, de expectativas e de adequações delineadas pela família e pelo corpo social, convicções/atitudes são reproduzidas reiteradamente ao longo do tempo.

> Quem sou eu? Essa pergunta dominou a minha vida durante muito tempo, o que diziam eu ser? Não era o que eu sentia. Durante muito tempo foi me dito que eu era uma pessoa do sexo feminino, e todas as minhas tentativas de ajuste dentro desse sexo foram infundadas... até que um dia, quando eu tinha 33 anos... eu acho um documento, uma carta que foi enviada pra minha mãe, e essa carta... dizia que eu era uma pessoa que tinha insensibilidade parcial a andrógenos. E fui eu investigar o que era isso (S8).

Podemos observar que, nessa narrativa de si, mostra-se evidente o tensionamento entre a biopolítica e a construção de uma subjetividade (Foucault, 1976) – “O que diziam eu ser?” – a partir de uma denúncia: imperativos identitários de uma produção subjetiva – estribada no binarismo – por dispositivos de controle tanto sociais quanto médicos, amplamente discutido por Butler (2003). Há um enquadramento normativo na prerrogativa da anormalidade que subjugou essa subjetividade dissidente a um sufocamento existencial – “Não era o que eu sentia” – sobretudo por uma perspectiva anatômica.

É na descoberta da carta – aos 33 anos – que essa subjetividade intersexo põe-se em busca de um saber sobre si – “Eu fui investigar” –, pondo-se em um processo disruptivo: de desprendimento identitário, de dessubjetivação, de apropriação de saber, de ressubjetivação (Milanez, 2021).

> [...] eu nasci como uma criança e se esperava ser do sexo masculino, porém descobriram que tinha alguma coisa ali que não fazia parte do enredo da masculinidade, e aí resolveram pegar para analisar, né? E aí depois, tempos depois de nascido, eu passei uma intervenção genital aos sete meses e renasci num outro sexo gênero, não para mim, mas talvez para os meus pais, mas principalmente para o poder médico... que eu fui mutilado aos 7 meses de idade (S8).

À luz dos EDF, esse excerto torna explícitas as manobras discursivas violentas da biopolítica sobre o corpo intersexo que tem a sua anatomia estigmatizada – a tímica da anormalidade – e posta como uma ameaça ao enredo da masculinidade, passível de intervenções cirúrgicas “necessárias” à sua inscrição no universo ficcional da binaridade de gênero (Foucault, 1976). Das mutilações físicas às pressões sociais e ideológicas, esse corpo desde a tenra infância, antes mesmo que pudesse articular

a sua identidade, foi sujeitado a amoldamentos, silenciamentos e violências várias na constituição de sua subjetividade, sobretudo pelo cajado médico.

Essas práticas discursivas de controle médico-institucionais (que fragmentavam e patologizavam seu corpo por uma “insensibilidade parcial aandrógenos”) começaram a ser ressignificadas quando da percepção e da identificação dessa subjetividade da sua condição intersexual. Essa descoberta operou como um *start* sobre si mesmo, alocando-se, desta vez, sob um imenso “guarda-chuva”: *E aí nessa insensibilidade parcial a andrógenos, eu descobri que eu fazia parte de um guarda-chuva. Eu fazia parte de uma condição que estava dentro de um guarda-chuva, que era o guarda-chuva da intersexualidade* (S8). E todo um processo de apropriação dessa categoria discursiva é deflagrado, perfazendo-se pela politização e coletivização identitária e de resistência à biopolítica (Foucault, 1976).

E, sobre as acepções de gênero num circuito imperialista do falo, a dessubjetivação enquanto movimento de resistência de corpos em trânsito desafia a “hegemonia cisgênera’, sobretudo por sua destituição enquanto norma universal (Milanez, 2021).

> [...] o primeiro lampejo de masculinidade que eu tive foi quando eu me descobri fora de uma masculinidade de gênero e, ainda, uma masculinidade feita por sexo, a minha busca é de construir uma masculinidade que divirja da hegemônica nesse sentido eu acho que é um desafio, e um desafio, porque no mundo onde você vê a masculinidade hegemônica como regra, construir uma outra masculinidade, é pensar como você está indo contra a noite, e ainda é construindo uma masculinidade outra, que também é uma masculinidade de uma pessoa que não é cisgênero, então é uma masculinidade que tem outros desafios, inclusive ser entendido como uma pessoa transmasculina, como eu me apresento [...] (S8).

No percurso de construção de uma “masculinidade outra” – não pautada na anatomia tampouco em uma perspectiva estigmatizante e patologizante perpetrada pelo binarismo –, essa subjetividade intersexo assume-se em uma estética de existência outra: transmasculinidade (Jesus, 2018). Nas brechas da diferença, da pluralidade de existências, emerge o desafio primaz à dissidência: ressubjetivar-se pela produção de dizeres verdadeiros sobre si, não mais pelos outros, de modo que o seu corpo social se perfaça em identidades legítimas em reinvenções e disputas discursivas de (re)existência.

Dito isso, considerando os EDF, as narrativas de si aqui analisadas constituem-se operadores autênticos do contradiscurso frente a práticas discursivas

alinhadas aos imperativos de masculinidade – e de feminilidade – sustentadas na binaridade engessada e excludente. Os corpos em trânsito (não-binários, transexuais, intersexuais) são exemplares incólumes e genuínos de toda uma engenharia biopolítica de normalização de corpos, posto que se constituem em fraturas dessas tecnologias (Foucault, 1976). A (re)existência de subjetividades dissidentes promove a desestabilização do regime do saber-poder médico-jurídico, porquanto as narrativas de si são institutos de vivências e de "desinvibilização" de corporeidades historicamente silenciadas e/ou alocadas em um limbo existencial.

Destarte, entendemos que a constituição de dizeres verdadeiros na forma das narrativas de si é um processo tanto necessário quanto premente à agência política da dissidência. A reinvenção existencial – da dessubjetivação à ressubjetivação – é resultado de um movimento social latente que visibiliza a fragilidade e a artificialidade das noções rígidas do sexo e do gênero.

CONCLUSÕES

Longe ser uma patologia, os corpos intersexo são exemplares genuínos da pluralidade que habita as subjetividades; assim, reafirmamos que o corpo em trânsito é disruptivo e transformador ao mesmo tempo, dado que sua vivência se aferroa como um ato político de (re)existência. A escrita e a narrativa de si manifestam-se como fendas cruciais no aparato médico-jurídico de controle. Mais do que mero relato de dor, a fala emancipada da subjetividade intersexo atua como agência política, demonstrando o quanto as categorias "naturais" de sexo e o binarismo são fictícias e instáveis.

Na perspectiva da subjetividade como uma experiência de si, os corpos – enquanto objeto discursivo – constituem-se em materialidades de existência, logo, matéria significante (re)produtora de sentidos, construídos historicamente e passíveis de reconstrução e de ressignificação. Nesse sentido, considerando a sexualidade como dispositivo discursivo de poder, a intersexualidade insere-se em um espaço simbólico disruptivo, promovendo pela transmasculinidade fissuras à estrutura binária na ordem das variações e das invenções de si com e através do outro.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. **Corpos que importam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. Tradução de Marcus A. P. Silva. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1993.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel***. História da sexualidade 1:*** a vontade de saber (vol. 1). Rio de Janeiro: Graal, 1976.

JESUS, Jaqueline Gomes de (org.). **Transfeminismo**: teorias & práticas. Rio de Janeiro: Editora Metanóia, 2014.

MILANEZ, N. A noção foucaultiana de dessubjetivação: alicerces, experiências e modos de agir do sujeito*. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, v.6, n.3, p.12-39, set.-dez. 2021.

PRECIADO, B. **Manifesto Contrassexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

STOLLER, Robert**. Masculinidade e feminilidade:** apresentações de gênero. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

Torto Arado e o espaço do ser-tão diferenciado: a língua, a trança, o desejo entre mulheres

Nádja Nayra Brito Leite[10]
Paulo César García [11]

Resumo: O romance *Torto Arado*, de Itamar Vieira Júnior, aborda lugares de fala de mulheres que ganham terreno fértil na narrativa, cujas posições de si se revelam no ato de resistir ao patriarcado e à masculinidade hegemônica. A proposta desta investigação visa refletir como as personagens Belonísia e Maria Cabocla se destacam por meio de uma relação marcada pela intimidade e pela afetividade. Mesmo sem uma representação explícita do feminismo lésbico na ficção, existem imagens e relatos recorrentes que permitem problematizar os vínculos entre essas personagens. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, fundamentada na crítica literária, nos estudos decoloniais e no feminismo lésbico. A colonialidade do ser abarca os estudos sobre subjetividade e, dessa forma, a lesbianidade torna-se um campo discursivo significativo para análise. Busca-se compreender, na narrativa, a possível relação de desejos, bem como os atos voltados à prática da liberdade e às identidades sexuais que emergem em mais um retrato que desconfigura o espaço do sertão conforme a linha de criação presente em *Torto Arado*.

Palavras-chave: Crítica cultural; literatura brasileira contemporânea; colonialidade do ser; feminismo lésbico; lesbianidade

O ESPAÇO DO SER-TÃO DIFERENCIADO

Torto Arado (2018), romance de Itamar Vieira Junior, ambientado no sertão brasileiro, constrói um universo em que as experiências femininas assumem papel central. Personagens como Donana, Belonísia e Bibiana evidenciam diferentes formas de reexistência feminina, revelando-se mulheres negras e camponesas que impõem suas subjetividades em um contexto atravessado por relações históricas de poder.

Contudo, para além da evidência desse protagonismo, torna-se relevante investigar como determinados gestos narrativos podem revelar camadas mais sutis da construção das identidades e das experiências afetivas das personagens, fissuras que tensionam a lógica da colonialidade do ser. No artigo focaliza-se a relação entre Belonísia e Maria Cabocla, de modo a refletir como a intimidade entre elas manifesta na construção de uma outra geografia dos corpos, marcada pela emergência de desejos, afetos e práticas que escapam às normas impostas pela ordem colonial, patriarcal e heteronormativa.

[10] Nádja Nayra Brito Leite é mestra em Crítica Cultural e, atualmente, cumpre o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia.
[11] Paulo César García é doutor em Literatura e professor titular pleno do curso de licenciatura em Letras e do programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia

BELONÍSIA E MARIA CABOCLA – A LÍNGUA, A TRANÇA E O DESEJO

Após um encontro formal entre os casais — Maria Cabocla e Aparecido; Belonísia e Tobias —, a convivência entre as mulheres vai se tornando constante. Diante de uma intimidade crescente, Belonísia, já viúva, surpreende-se com a própria coragem ao não temer o enfrentamento com o marido agressor de Maria Cabocla. Ela hesita sobre a gênese dessa bravura: se fruto da solidão após a morte de Tobias, se herança da valentia de Donana ou se originada pelo "desejo de defender a mulher Maria..." (VIEIRA JÚNIOR, 2018, p. 127). Esse desejo de defender a "amiga" culmina no embate com o marido de Maria Cabocla, que pode ser tomado com um gesto ápice de materialização do *continuum lésbico* na trama, conceito cunhado por Adrienne Rich (2012) que expande a compreensão das relações femininas para além da dimensão estritamente sexual, abarcando formas de identificação e solidariedade fundamentais à sobrevivência das mulheres.

Já o primeiro contato físico mais íntimo entre elas, ocorre quando Belonísia acolhe Maria Cabocla e filhos para protegê-los.

> Sem conseguir se concentrar nos fuxicos que pretendia fazer, que talvez tentasse fazer àquela hora para aliviar a inquietação que consumia seu corpo, Maria Cabocla colocou a pequena caixa de lado e se dirigiu a mim... vi suas mãos trêmulas, nodosas, se aproximarem de minha cabeça. (VIEIRA JÚNIOR, 2018, p. 129).

O fuxico deixa de ser um mero fazer artesanal para se revelar como um dispositivo de contenção psíquica. A incapacidade de Maria em concentrar-se indica que a "inquietação" mencionada é somática, manifestando-se no contraste entre a delicadeza pretendida da costura e a realidade das mãos que buscam o contato com a outra mulher. A intimidade entre elas continua e Belonísia se encanta com a aproximação da amiga:

> [...] disse retirando o lenço de minha cabeça, quando senti uma onda quente percorrer o interior de meu peito. Passou a mão sobre meu cabelo crespo, deixando que seus dedos se emaranhassem nele. Senti um conforto que nunca havia sentido com o toque de qualquer pessoa. Poucas vezes deitei no colo de Donana ou de minha mãe para que fizessem o que Maria me fazia agora. Recendia um cheiro de água doce, que bem conhecia, de seus poros. (VIEIRA JÚNIOR, 2018, p. 129-130).

A retirada do lenço, elemento que resguarda a identidade de Belonísia, marca o início de uma vulnerabilidade consentida: ao deixar que a amiga “afundasse as mãos” em si, a protagonista permite uma invasão do espaço íntimo. Surgem expressões que reportam à emersão do desejo: onda quente, interior do peito, toque, conforto, cheiro, poros. O que Vieira Júnior descreve pode ser visto como a construção de lampejos de corpos-afeto, onde a proteção e o reconhecimento mútuo se materializam no desenho das tranças e no calor da proximidade física, pois, como disse De León (2012): “O desejo escorre entre as frestas da linguagem, nos seus vazios e interstícios”.

Contudo, uma interpretação mais plural pode dizer que os retratos de intimidade entre as personagens estão no entrelugar entre a sororidade feminina e o desejo lésbico, aberto à possibilidade de corpos outros amparados pelo sentimento de desejar.

O relato do encontro prossegue:

> [...] Tentei resistir por algum tempo, mas depois aceitei. “Pode ficar despreocupada”, me disse, “deite aqui do lado que eu deito [...] Senti o cheiro de água doce no lençol que recobria a cama e por muito tempo resisti ao sono, tentando acalmar o interior de meu corpo que ainda pulsava vivo ao afeto que havia recebido. (VIEIRA JÚNIOR, 2018, p. 130).

A repetição do verbo “resistir” marca um ponto de tensão na subjetividade da personagem: entre a contenção e o desejo, entre a norma e a experiência vivida. A resistência cede lugar a uma contra conduta; o medo da chegada do “homem” (a personificação da norma) é temporariamente suspenso pela afirmação de um vínculo que a estrutura de poder não previu e não consegue capturar totalmente, tentando acalmar o interior do corpo que ainda pulsava vivo ao afeto.

Guacira Louro (1999) observa que a homossexualidade foi historicamente confinada ao espaço privado pela lógica da modernidade. Em *Torto Arado,* as interações de afeto entre Belonísia e Maria Cabocla ocorrem no interior das casas: “... na penumbra da casa mal iluminada pelo pequeno candeeiro”. (VIEIRA JÚNIOR, 2018, p. 129). Essa reclusão pode ser lida como uma estratégia de preservação e resistência à norma heterossexual. Pois como argumenta Foucault (1999), a sexualidade opera por meio de dispositivos históricos que regulam comportamentos e identidades, tornando significativos os espaços onde os afetos dissidentes podem existir. Há de se considerar que Rich (2012) sugere que a sociedade muitas vezes

silencia e invisibiliza as experiências lésbicas, levando à ideia de que ser heterossexual é a única conduta normalizada e aceita. Monique Wittig discute que “Os discursos que particularmente nos oprimem a todas nós, lésbicas [...] são os que pressupõem que o que fundamento da sociedade, qualquer sociedade, é a heterossexualidade”. (WITTIG, 2022, p. 59). Diante disso, impõe-se a constatação de que Itamar Vieira Júnior não conduz Belonísia à vivência plena de uma experiência amorosa concreta com Maria Cabocla, mantendo essa relação no campo da sugestão e da contenção. Nesse sentido, torna-se necessário analisar como a ausência da fala articula à subjetividade de Belonísia. Os relatos da personagem evidenciam que:

> O som que deixou minha boca era uma aberração, uma desordem [...]. Era um arado torto, deformado, que penetrava a terra de tal forma a deixá-la infértil, destruída, dilacerada. (VIEIRA JÚNIOR, 2018, p. 109-110).

O uso dos termos “som torto”, “deformado” ou “terra infértil” pode simbolizar a recusa de manifestar a sexualidade dissidente de forma explícita. A voz silenciada de Belonísia ecoa a contenção de um desejo que jamais encontra plena expressão. Embora o facão que lhe corta a língua desestabilize a normatividade e questione um padrão único de existência, permanece a pergunta: por que não se concretiza a união entre Belonísia e Maria Cabocla?

Para Félix Guattari e Suely Rolnik (1996), a subjetividade é um campo em constante reconfiguração. Em *Torto Arado*, essa possibilidade emerge nos momentos em que as personagens escapam, ainda que provisoriamente, aos regimes que as capturam. Assim, o romance evidencia que a liberdade não está fora das estruturas sociais, mas nas brechas de resistência e reinvenção que elas permitem.

O ARADO EM MOVIMENTO

A leitura em *Torto Arado* possibilita um manifesto de subjetividades femininas marcadas pela história, pelo corpo e pelo desejo. Ao lançar um olhar atento sobre a relação entre Belonísia e Maria Cabocla, percebemos que existem, nas frestas da linguagem e nas tramas do silêncio, sinais de uma *existência lésbica* encoberta, mas potente, inscrita no gesto cotidiano, no toque cuidadoso e na intimidade sensível entre duas mulheres. Ao narrar a relação com delicadeza e ambiguidade, o romance oferece espaço para interpretações plurais — entre a sororidade e o erotismo — e,

sobretudo, cria uma brecha literária para a reexistência do afeto dissidente como potência política.

Em uma sociedade cisheteropatriarcal como a Fazenda Água Negra, marcada por dispositivos de controle, a liberdade possível, talvez, não seja a da ruptura definitiva, mas sim a das pequenas resistências: desejar silenciosamente, cuidar com ternura, lembrar com saudade ou preservar, na memória do corpo, vestígios de uma intimidade que não encontra lugar na linguagem pública. Nesse sentido, os afetos entre mulheres sobrevivem menos como declaração do que como permanência, inscritos em gestos aparentemente banais que carregam densidade emocional e simbólica: “Se ela tivesse visto minha cabeça veria que ainda preservava as tranças que havia feito uma semana antes, e nos nossos olhos tudo que advinha daquele gesto íntimo”. (VIEIRA JÚNIOR, 2018, p. 131).

REFERÊNCIAS

DE LEÓN, Adriano. *Os Labirintos Do Desejo: Desenhando Uma Metodologia Anarcoqueer*. Política & Trabalho: revista de ciências sociais, *[S. l.]*, v. 36, n. 36, 2012.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: A Vontade de Saber (1976)*. Rio de Janeiro: Graal, 1999

GUATTARI, Félix; ROLNIK, *Suely. Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes,1996

LOURO Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*, Editora: Autêntica, Local: Belo Horizonte, Ano: 1999

LUGONES, Maria. *Colonialdade e gênero In Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020

MALDONADO-TORRES, Nelson. *Sobre a colonialidade do ser: contribuições para o desenvolvimento de um conceito*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022.

RICH, Adrienne. *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*. Tradução de Giovana Xavier. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2012.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. *Torto Arado*. Portugal: Grupo Leya, 2018. Ebook (232 páginas).

WITTIG, Monique. *O pensamento hétero e outros ensaios*. São Paulo: Autentica, 2022.

Transcestralidade e famílias dissidentes

Olivê Barcellos Rezende Pedro da Costa[12]

Resumo: A presente pesquisa acompanha a produção de trabalhos que abordam o conceito de *transcestralidade*. A partir de uma revisão de literatura do termo (e elementos de sua polissemia) buscamos investigar sentidos de parentesco e família mobilizados a partir da chave da *transcestralidade*, conceito insurgente e emergente em pesquisas acadêmicas brasileiras. A análise está fundamentada nos pressupostos ético-epistemológicos e metodológicos que articulam as contribuições do campo transfeministas-queer-interseccionais ao plano das problematizações pós-críticas em educação. Nas plataformas de pesquisa, o critério de escolha das obras é o de elaborarem sobre o conceito ou abordarem de alguma forma estruturas que podem ser lidas como famílias dissidentes, e o foco analítico é a construção de redes de parentesco, familiaridade e ancestralidade que sejam movimentadas para além da cisheteronorma. Nesse movimento, observamos que a compreensão do conceito de família é alargada e resenhada, então, por mecanismos e estratégias construídas por populações marginalizadas, nesse caso, principalmente a população trans e travesti. As iniciativas e teorias investigadas também tomam para si o lugar de produção de sentidos sobre suas próprias narrativas, com amplo protagonismo de pessoas trans e travestis em suas autorias, e apresentam um conjunto de práticas e articulações que podem ser compreendidas como tecnologias transvestigêneres, construindo realidades que abrem caminhos para a vida, frente a violência e opressão cistêmica.[13]

Palavras chave: Transvestigênere. Transcestralidade. Família.

A presente pesquisa se constrói a partir de uma revisão bibliográfica do termo transcestralidade, e de suas intersecções com famílias dissidentes. Que sentidos vêm sendo movimentados a partir das transcestralidades? Quais são seus pontos de aproximação com possibilidades outras de construção de famílias, principalmente a partir da população transvestigênere?

Entendendo a transcestralidade como movimento que reorganiza a ancestralidade a partir de pessoas trans e travestis, tanto é preciso reconhecer nela a sua base como a sua *trans*posição. Afinal, temos na própria ancestralidade uma reconfiguração de sentidos, por exemplo, a partir de um tempo que não é linear, mas espiralado (Martins, 2021). Assim, a transcestralidade, já de início, rompe com construções coloniais de gênero (Lugones, 2020) e linhagem.

Se (trans)posiciona, então, em um processo de fabular (e perceber as fabulações normativas), que nos inserem em árvores “CISgênero-lógica[s]” (Leal, 2019, p. 241). Coloca a importância de reconhecer transcestralidade em pessoas

[12] Graduação em Artes Visuais (Licenciatura) e mestrando no programa de pós-graduação em educação (ProPEd) da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

[13] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

trans e travestis que nos antecedem, como referências e construção de nossos modos de vida hoje. Nesse processo, cabe ressaltar que o termo transcestralidade não se apresenta como um conceito único, e sim como uma constelação que é marcada por uma multiplicidade de sentidos e caminhos.

A articulação que trago entre ela e as famílias dissidentes se coloca a partir de pesquisas que apareceram na revisão bibliográfica, que abordam a temática de alguma forma, mas não só. Se pensarmos em uma família que se posiciona no núcleo da ancestralidade a partir de princípios normativos de linhagem, que família poderia se colocar a partir da transcestralidade?

Ao mobilizar a escolha como critério importante, Weston (1991) coloca as famílias que escolhemos como possibilidade outra de organização familiar homoafetiva (que aqui *trans*ponho em homo*trans*afetivas, em atualização e entendimento de analogias possíveis). Assim, a partir do que coloca Leal (2019) sobre construir poeticamente sua linhagem, na fabulação de uma árvore TRANSgênero-alógica, poderíamos perceber o processo de transcestralizar mobilizado também por uma escolha ética e política, na construção de nossos percursos de vida transvestigêneres, a partir dessas vidas transcestrais?

> Essa consciência aumentada da seletividade incorporada nos modos genealógicos de calcular o parentesco moldou a constituição das famílias homo[trans]afetivas como famílias que escolhemos e permitiu que pessoas homo[trans]afetivas argumentassem que suas famílias escolhidas representam algo mais do que uma mera imitação de segunda categoria dos laços consanguíneos.[14] (Weston, 1991, p. 211)

Para pensar a transcestralidade, então, é necessário construir uma rede que conceba sua forma constelar. Nela, é perceptível como vão sendo mobilizando sentidos que se encontram, sem necessariamente se referenciarem uns nos outros. Para tal, trago os trabalhos de Angie Barbosa (2022), Renata Carvalho (2019, 2021, 2024), Hênrica Ferreira (2024), Vi Grunvald (2021, 2024), Vic Gualito (2023), Ian Habib (2021), Jaqueline Gomes de Jesus (2019), Dodi Leal (2020), Yby Okara (2023), Wendi Yu (2022, 2023) e Maria Zanela (2024), compondo as interlocuções teóricas para as questões e apostas movimentadas aqui.

Um aspecto basilar para o pensamento da transcestralidade está em

[14] "This heightened awareness of the selectivity incorporated into genealogical modes of calculating relationship has shaped the constitution of gay families as families we choose, and allowed gay people to argue that their chosen families represent something more than a second-best imitation of blood ties." (tradução do autor).

atentarmos para como as violências coloniais marcam o território (in)visível da transcestralidade. Através da pesquisa de Jaqueline Gomes de Jesus (2019), são trazidos (re)nomes das transcestrais, como Joane e Xica Manicongo. O que se refaz hoje, em percursos de vida transvestigênere, a partir da tomada de conhecimento de suas existências? Como, ao reivindicarmos seus nomes e suas histórias, também estamos construindo nossos passados? Que noções de tempo se reformulam nesse processo? Wendi Yu (2023) coloca que noções como espiritualidade travesti também são mobilizadas a partir da transcestralidade.

É fundamental atentarmos também para o processo de construção colonial do gênero, no apagamento de transcestralidades. Ao serem impostas normas, quantas histórias e vidas são apagadas, em um processo de genocídio e epistemicídio? Okara Yby (2023), coloca possibilidades a partir de sua pesquisa “Transcestralidade indígena”:

> Quando falamos em uma "transcestralidade indígena" assim como tantas outras dimensões da vida originária, encontramos muitas descontinuidades, interrompimentos e apagamentos. Busco, ao menos, organizar algumas pistas… Conheci o termo Çacoaimbeguira, em Tupi (...), e significa algo como "muito másculo" e podia ser usado para corpos com vulva e que eram pessoas que exerciam algo no campo da masculinidade. (Yby, 2023, p. 28)

No processo de retomada desses percursos, encontrar pistas que possam conduzir ao conhecimento de modos de vida outros, pode nos permitir traçar rotas rumo ao passado. Assim, o processo de mapeamento de identidades originárias que fogem do cis-heterobinarismo colonial, de Vic Gualito (2023), demarca um território que soma a essa pauta.

Quantas raízes poderíamos encontrar em outras formas de viver, se não houvesse a história de apagamento e extermínio colonialista? Além disso, Gualito (2023) traz a noção de que a transcestralidade é composta por dois movimentos, o de reconstrução de história e memória e o de olhar para nossas redes e construções familiares, buscando aldeamentos e aquilombamentos (pensando principalmente em pessoas trans negras e indígenas).

> Por outro lado, uma compreensão da organização social pré-colonial feita a partir das cosmologias e práticas pré-coloniais é fundamental para entendermos a profundidade e o alcance da imposição colonial. Mas não podemos fazer um sem o outro. E, portanto, é importante entender o quanto a imposição desse sistema de gênero forma a colonialidade do poder, e o tanto

> que a colonialidade do poder forma esse sistema de gênero. A relação entre eles segue uma lógica de formação mútua. (Lugones, 2020, p. 72)

Costurando a caminhos através dos tempos e referências, outro marco nas pesquisas sobre a transcestralidade é como as artes da cena são território fértil de disseminação de histórias de vida transvestigênere, além de palco através dos quais algumas de nossas referências transcestrais atuaram e seguem se colocando. As pesquisas de Renata Carvalho (2019, 2021, 2024), Hênrica Ferreira (2024) se posicionam nesse sentido, trazendo referências e possibilidades.

Ferreira (2024) fala de transgeracionalidade, em um processo de conexão transcestral com gerações mais velhas, citando os *shows de travestis* como marco. Também menciona a própria Renata Carvalho, e como suas peças teatrais vem contando sobre essas histórias.

A peça “Brenda Lee e o Palácio das Princesas” (Colling, 2023) é outro ponto de encontro entre referência a transcestrais e artes da cena, além de apresentar possibilidades de pensarmos sobre famílias dissidentes. Na Casa de Acolhimento Brenda Lee, também conhecida como Palácio das Princesas, foram construídas redes de pertencimento, sociabilidade e proteção. Em alguns casos, inclusive, as posições de mãe e filhas, por exemplo, eram *trans*postas, como podemos acompanhar através de falas no documentário “Dores de Amor” (1987).

Assim, como podemos pensar e, quem sabe, refazer noções de família, por exemplo, a partir de casas de acolhimento? O que isso reformula acerca dos marcos de uma vida? Temos Brenda Lee como importante transcestral precursora, e iniciativas como a dela seguem se atualizando. Vi Grunvald (2021), por exemplo, acompanha a Família Stronger, como uma possibilidade de construção de família a partir da comunidade LGBTQIAPN+.

> Pessoas trans no passado se encontraram, organizaram cuidado, revolta, amor e prazer juntas, resistiram às violências e perdas através de modos criativos de se engajar com o conflito. Buscar conhecer estas histórias, reencená-las em nossos sonhos e pensamentos, senti-las em nossos ossos e músculos, é um ensaio para respirar a atmosfera de violência na qual estamos envolvidas. (Barbosa, 2022, s/p)

Maria Zanela (2024), ao abordar a transcestralidade, cunha a ancestravestilidade, trazendo para pauta a importância das travestis profissionais do sexo na conquista de direitos, construção de caminhos e epstemologias. Atentando

para seus percursos de vida e tecnologias de (sobre)vivência transcestral, fala de Pedagogias da Pista (Zanela, 2024).

Como seguimos revivendo essas memórias? O Museu Transgênero de História e Arte, idealizado por Ian Habib (2021), vem construindo dois arquivos: o arquivo vivo e o arquivo transcestral. Assim, artistas transvestigêneres podem arquivar a si, e percursos de vidas de pessoas trans e travestis mais velhas recebem também seu lugar transcestral de inscrição.

Nesse sentido, a partir da perspectiva cisheteronormativa que coloca a estrutura da família reprodutiva no centro do projeto de vida, articulam-se questões como linhagem, reprodutividade e hereditariedade como, também, centrais na construção dos caminhos que serão trilhados por todas as pessoas. Assim, constroem-se referências de sucesso em cada fase da vida. Quais são os determinantes que estabelecem essas fases? Como esses padrões forjaram o fracasso a partir do desvio?

Mathias Klitgård (2019) traz esses e mais pontos importantes de como se organizam estruturas normativas em relação a tais questionamentos, e como a população queer em intersecção com a população negra desviam dessas normas. Como ele coloca, a cultura Ballroom é, diante disso, também resistência e reinvenção de referências e possibilidades de futuro, tendo sua estrutura de houses/casas como fundamental nesse processo.

Apesar de descrever especificidades da cena Barllroom mexicana, sem intenção de generalização, trago aqui essa articulação com suas reflexões como construção de famílias dissidentes, em uma aposta de construir redes e possibilidades. “A missão é formar parentescos em linhas de conexão inventivas como uma prática para aprender a viver e morrer bem uns com os outros em um presente espesso.” (Haraway, 2016/2023, p.13)

Reconstruir esses percursos ajuda a tecer redes que podem, talvez, possibilitar encontros com quem veio antes, num processo de conexão com a espiritualidade travesti reformulação de noções de tempo (Yu, 2023). Assim, podemos não só construir a nós hoje mas, também, cenários de possíveis passados, de histórias que podem ter acontecido, num exercício fabulativo que também constroi futuros.

Tal reconstrução histórica participa, de maneira relevante, da construção de

> outras perspectivas sobre a multiplicidade de experiências relacionadas à vivência de uma identidade de gênero trans, a partir do protagonismo do próprio grupo social, que apreende seu passado, questiona o presente e constrói o próprio futuro. (Jesus, 2019, p. 259)

Afinal, acredito que esses exemplos de construções outras de famílias articulem modos de fazer transcestrais. Assim, a partir principalmente da construção de coletividades transvestigêneres e da reconfiguração do tempo (a partir de desenhos outros sobre marcos de uma vida), concretamente ganhamos mais vida, esticamos e alargamos o tempo. “A transcestralidade é uma ancestralidade que construímos ativamente hoje com as que vieram antes, para, como Exu aes encantades, fundarmos o tempo e atuarmos sobre ele.” (Yu, 2022, p.43)

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Angie. Transcestralidades: trauma, violência e futuro fora do parentesco. Ruído Manifesto, 2022. Disponível em: https://ruidomanifesto.org/transcestralidades-trauma-violencia-e-futuro-fora-do-parentesco-por-angie-barbosa/. Acesso em: 03 de outubro de 2025.

BRENDA Lee e o Palácio das Princesas. Direção: Zé Henrique de Paula. Produção: Cláudia Miranda e Laura Sciulli. São Paulo: Youtube, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=v4mYgQHCX-c. Acesso em 12 de outubro de 2025.

CARVALHO, Renata. Manifesto Transpofágico. São Paulo: Casa 1: Editora Monstra, 2021.

CARVALHO, Renata. O Corpo Transvestigênere – O Corpo Travesti – Na Arte. Revista Docência e Cibercultura, p. 213–216. Rio de Janeiro, 2019.

DORES de Amor (Douleur D'amour). Dirigido por Pierre-Alain Meier e Matthias Kälin. Produção: Amidon Paterson Film SA Genève. São Paulo: Youtube, 1987. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jh4DWo71VnM. Acesso em 12 de outubro de 2025.

FERREIRA, Hênrica da Silva. ATRAVECAMENTOS: UMA EXPERIÊNCIA TRANSCÊNICA EM TRAVATURGISMO. 2024. Dissertação (mestrado em Artes Cênicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

GRUNVALD, Vi. Juventude periférica, gênero, sexualidade e violência de Estado: notas a partir de uma família LGBT na cidade de São Paulo. Ponto Urbe [Online]. 2021. Consultado o 03 outubro 2025. http://journals.openedition.org/pontourbe/10508. DOI: https://doi.org/10.4000/pontourbe.10508

GRUNVALD, Vi. (Con)fabulações transcestrais e(m) arquivos contra a natureza.

Revista Cult, São Paulo, ano 27, n. 304, p. 25-28, abr. 2024.

GUALITO, Vic. Transcestralidades indígenas como ferramenta de resistência contra o genocídio de identidades não-binárias na América Latina. Revista Estudos Transviades, Rio • de Janeiro, v. 4, n. 9, p. 62-98, dez. 2023. Disponível em: https://revistaestudostransviades.wordpress.com/2023/12/21/dossie-especial-transmasculinidades-e-nao-binariedades-em-perspectivas-originarias-revista-estudos-transviades-v-4-n-9-dez- 2023/. Acesso em: 8 outubro 2025.

HABIB, Ian Guimarães. Corpos Transformacionais: a transformação corporal nas artes da cena. São Paulo: Ed. Hucitec, 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. XICA MANICONGO: A TRANSGENERIDADE TOMA A PALAVRA. Revista Docência e Cibercultura, vol. 3, n. 1, p. 250–260, 2019. DOI: 10.12957/redoc.2019.41817. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/41817. Acesso em: 03 outubro 2025.

LEAL, Dodi Tavares Borges. PESQUISA DE CAMPO EM ARTES DO CORPO EM CENA: o desenho da transcestralidade indígena e as fissuras poéticas na árvore CISgênero-lógica de matriz europeia. Cadernos Do GIPE-CIT, (42), 228–244. https://doi.org/10.9771/cadgipecit.42.2019.35379. 2020.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 51-81.

MARTINS, Leda Maria. Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MEYER, Dagmar Elisabeth Esterman. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: MEYER, Dagmar Elisabeth Esterman; PARAÍSO, Marlucy. (org.). Metodologias de pesquisa pós-crítica em educação. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

WESTON, Kath. Families We Choose: Lesbians, Gays, Kinship New York: Columbia University Press, 1992

YBY, Okara. Transcestralidade indígena. Dossiê Especial “Transmasculinidades e Não binariedades em perspectivas originárias”. Revista Estudos Transviades, v. 4, n. 9, p. 18-37, 2023.

YU, Wendi; FARIAS, Daniel Oliveira de; GOMES, Itania; BARBOSA, Karina e MENDONÇA, Carlos Magno. Nelas, através delas, em suas memórias: estigma, afeto e religiosidade em ativismos transcestrais no Brasil. Líbero, São Paulo, n. 51, p. 29-51, maio/ago. 2022. Disponível em: https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/1750. Acesso em: 29 setembro 2025.

YU, Wendi. Continue a travecar: uma contextualização radical por vidas trans nas obras de artistas travestis brasileiras. f. 277. 2023. Dissertação (mestrado). Programa

de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2023.

ZANELA, Maria. TRAVESTILIDADE E ANCESTRALIDADE: experiências racializadas e generificadas - Por uma Pedagogia do Campo-Pista. 2024. Tese (doutorado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

Constituição discursiva da posição sujeito da deputada federal transgênero Erika Hilton

Ynaê Franco dos Santos[15]

Resumo: A presente pesquisa visa analisar as condições de produção que promovem determinados efeitos de sentido no discurso trans, em detrimento de outros efeitos de sentido, sob a luz da Análise do Discurso de linha francesa (AD). Para isso, foram mobilizados alguns princípios e noções da AD, tais como discurso, forma-sujeito, formações discursivas (FD's), Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) e Aparelhos Repressores de Estado (ARE). Nessa linha, para tratar do dizer trans, foi selecionado um recorte de uma entrevista da parlamentar Erika Hilton, realizada no programa Roda Viva (2021). O *corpus* de análise se constitui por algumas sequências discursivas. Do ponto de vista metodológico, a análise se dá a partir da apreciação de uma sequência de materialidades: linguística, ideológica e discursiva. Através deste gesto de interpretação, os resultados encontrados na análise dizem respeito tanto a uma questão social, na medida em que a pesquisa dá visibilidade à discussão sobre identidade de gênero, quanto a uma questão teórica, pois promove a aplicabilidade da AD. Desse modo, o discurso trans é um objeto de análise atual e de relevância social, uma vez que promove relações tanto de adesão, quanto de afastamento no ambiente social.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Dizer trans; Gênero.

INTRODUÇÃO

Os valores sociais e de gênero perante a conjuntura social atual sofreram alterações, assim como os dizeres relacionados ao discurso trans. Diante disso, percebe-se a ocorrência de certa atualização desse dizer, rompendo com o discurso cis-heteronormativo que instaura valores simbólicos associados às mulheres trans e travestis que, por sua vez, são marcadas social e historicamente por dizeres estigmatizantes que marginalizam suas vivências, objetificando seus corpos.

Em meio a essa profusão de dizeres, na memória discursiva se articula uma filiação de sentidos que deslizam no contexto sócio-histórico, sendo (re)atualizada ou retomada no processo discursivo do dizer trans. Diante desse contexto, esta pesquisa surge pela necessidade de compreender quais são as condições de produção que promovem determinados efeitos de sentido no discurso trans, em detrimento de outros efeitos de sentido, à luz da Análise do Discurso de linha francesa (AD).

Quanto ao *corpus*, selecionou-se um recorte da materialidade da entrevista da parlamentar Erika Hilton para o programa Roda Viva, da emissora TV Cultura, para

[15] Ynaê Franco dos Santos - UNEB - Universidade do Estado da Bahia.

tratar do discurso trans e dos efeitos de sentido pluriversal e integrativo que desestabilizam o discurso dominante. O *corpus* se constitui de algumas sequências discursivas que, do ponto de vista metodológico, são analisadas a partir de uma sucessão de materialidades: linguística, ideológica e discursiva.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por um lado, ao tratar do lugar social imposto às pessoas trans e travestis, compreende-se, na materialidade do dizer, uma dada estabilização na FD1-marginalização. Por outro lado, a FD2-pluriversal promove um efeito de humanização, ao tratar dos corpos trans e da materialização de discursos que reiteram o protagonismo, como corporalidades que devem ser vistas como parte integrativa do imaginário social: “a sociedade brasileira, as famílias e a política compreendam nosso corpo, como um corpo humano, como um corpo natural e que histórias como a minha não se repitam.” Na esfera interdiscursiva, a FD2 promove um efeito de desestabilização da FD1, o que proporciona efeitos de sentido de protesto e de reivindicação de direitos humanos.

Por sua vez, Erika Hilton é interpelada em sujeito do discurso, interpelação que se dá através do processo de assujeitamento do indivíduo que é afetado pelo efeito da relação entre a língua e a história. Esse processo se dá ao instaurar um movimento de identificação do sujeito com uma determinada formação discursiva, na medida em que o sujeito discursivo se contra-identifica com a FD1 dominante e passa a se identificar com a FD2 que representa as práticas ideológicas das quais se aproxima, a representar na FD a que a forma-sujeito se filia.

Segundo Pêcheux (2009, p. 199-200) “o sujeito [...] se contra-identifica com a formação discursiva que lhe é imposta pelo ‘interdiscurso’ como determinação exterior de sua interioridade subjetiva, o que produz as formas filosóficas e políticas do discurso-contra (isto é, contradiscurso)”.

CONCLUSÃO

Através deste gesto de interpretação, foi possível perceber, na materialização discursiva da entrevista de Erika Hilton, como se dá parte do processo de interpelação ideológica referente às identidades de gênero trans e travestis, que reforça estigmas e estereótipos na constituição da formação discursiva marginalizante. Entretanto, por

meio do fluxo interdiscursivo, também ocorre um rompimento com essa imagem da mulher trans e travesti subjugada, mediante o deslizamento dos efeitos de sentido para a formação discursiva pluriversal, que reitera a tomada de posição dos sujeitos trans, enquanto sujeitos de discurso, e a busca por deslegitimar o discurso universal construído historicamente pela normativa dominante e (re)atualizado atualmente, através de marcadores de gênero e sexo.

Os resultados encontrados na análise dizem respeito tanto a uma questão social, na medida em que dá visibilidade à discussão sobre identidade de gênero, quanto a uma questão teórica, pois promove a aplicabilidade da AD a partir de algumas noções, tais como as de sujeito, discurso e ideologia. Assim, a partir de uma dada relação sócio-histórica, determinadas pelas posições ideológicas no processo de produção do discurso trans, compreende-se a relação estabelecida no âmbito da paráfrase e da polissemia na produção de efeitos de sentido da palavra “marginalização”. Na FD1 mobilizam-se efeito de sentido de discriminação e, concomitantemente, efeitos outros, como de humanização, inscritos na FD2, instaurando-se, assim, no deslizamento de um dizer para outro, no interior FD2, um novo domínio de saber.

Outro ponto a ser ressaltado é a abordagem dos AIE e dos ARE que ilustram, de forma breve, as tensões vivenciadas por Erika Hilton e, de forma metonímica, por muitas pessoas que possuem uma identidade de gênero diferente do gênero que lhes foi designado ao nascer. Essa abordagem contribui para a reflexão sobre o funcionamento dos Aparelhos de Estado na vida de pessoas trans, bem como sobre as dificuldades que, nesses contextos, passam a ser geradas.

É nesse sentido que foi possível compreender o processo de produção de sentidos e, consequentemente, a possibilidade de estabelecer regularidades e instabilidades no funcionamento das FDs analisadas, bem como a relação que elas mantêm com a sua memória, compreendendo o processo discursivo através do gesto de interpretação. A relação entre a FD1 e a FD2 se torna fundamental para a constituição de determinados efeitos de sentido, e não outro(s) em seu lugar. Deste modo, percebe-se que os corpos trans têm historicidade e são construídos nas materialidades discursivas através de sua inscrição em formações discursivas.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Palmira Heine, MADUREIRA, André L. Gaspari; AZEVEDO, Illa Pires de (org.). **Mulher em (Dis) curso.** Ponta Grossa: Atena, 2020.

BARBOSA, Julia; Tauil, Maria Elisa. **Poder por elas**: Quem é Erika Hilton?. agmt jornalismo PUC-SP. Disponível em: https://agemt.pucsp.br/noticias/poder-por-elas-quem-e-erika-hilton. Acesso em: 29 ago. 2024.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (org). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: https://antrabrasil.org/assassinatos/. Acesso em: 27 abr. 2025

BENTO, Berenice. **A Reinvenção do Corpo:** Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual. 3ª ed. Salvador: Editora Devires, 2017.

BRANDÃO, H. H. N. **Analisando o Discurso**. Museu da Língua Portuguesa. Estação da Luz, 2009. Disponível em: http://www.museulinguaportuguesa.org.br/colunas_interna.php?id_coluna=1. Acessado em 14 ago. 2023.

BRASIL, Luciana Leão. **MICHEL PÊCHEUX E A TEORIA DA ANÁLISE DE DISCURSO**: DESDOBRAMENTOS IMPORTANTES PARA A COMPREENSÃO DE UMA TIPOLOGIA DISCURSIVA. Doi: 10.5216/lep.v15i1.25149. Linguagem: Estudos e Pesquisas. Goiânia. v. 15. n. 1, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/lep/article/view/32465. Acesso em: 25 set. 2023. Acessado em: 01 set. 2023.

CÂMARA dos Deputados do Brasil. **Erika Hilton**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/220645/biografia. Acesso em: 25 ago. 2024

CARMO, Wendel. **Érika Hilton vai à Justiça contra policiais que invadiram casa por engano e apontaram arma para moradora**. Carta Capital, 2024. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/justica/erika-hilton-vai-a-justica-contra-policiais-que-invadiram-casa-por-engano-e-apontaram-arma-para-moradora/. Acesso em: 14 dez. 2024.

CORPOLÍTICA. Direção: Pedro Henrique França; Marco Pigossi. Produção: Pedro Henrique França; Marco Pigossi. Youtube, 2023. Disponível em: https://youtu.be/5ul_urYbKyI?si=2voMxitpgSRrvMbj Acesso em: 15 jun. 2024.

CAZARIN, Ercília (org.). **Práticas Discursivas e identitárias**: Sujeito & Língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 9-33.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária**. In: Anais do VI Congresso Internacional de estudos sobre a diversidade sexual e de gênero da ABEH. Brasília: ABEH. Salvador: UFBA . 2012. pág. 1-15.

ERIKA Hilton cobra investigação de chacina durante operação policial no Guarujá. PSOL na Câmara, 2023. Disponível em:

https://psolnacamara.org.br/erika-hilton-cobra-investigacao-de-chacina-durante-operacao-policial-no-guaruja/. Acesso em: 17 dez. 2024.

ERIKA HILTON (PSOL) cobra investigação de chacina durante operação policial no Guarujá (SP). PSOL 50, 2023. **PSOL**. Disponível em: https://psol50.org.br/erika-hilton-psol-cobra-investigacao-de-chacina-durante-operacao-policial-no-guaruja-sp/#. Acesso em: 12 dez. 2024.

ERIKA HILTON (PSOL) denuncia policial que agrediu mulher LGBT no metrô de São Paulo. PSOL 50, 2024. **PSOL**. Disponível em: https://psol50.org.br/erika-hilton-psol-denuncia-policial-que-agrediu-mulher-lgbt-no-metro-de-sao-paulo/. Acesso em: 17 dez. 2024.

INDURSKY, Freda. **Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise de Discurso**. *in:* MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra;

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA, Vanessa. Da infância à ALESP, Erika Hilton fala sobre a candidatura a vereadora em São Paulo e reflete sobre política representativa, morte, prostituição e família. **Elástica**. Disponível em: https://elastica.abril.com.br/especiais/erika-hilton-vereadora-negra-trans/mobile. Acesso em: 01 set. 2024

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2003.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

POMPERMAIER, Paulo Henrique; VIEIRA, Helena. Erika Hilton, a vereadora insurgente. **Cult**, 2021. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/a-vereadora-insurgente/. Acesso em: 10 nov. 2024.

RODA Viva. Roda Viva | Erika Hilton | 01/02/2021. Youtube, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/live/qvzQd0tN27w?si=Je7d0qWvh30UZx2y. Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVA, Jovanna Cardoso da. **Bajubá Odara**: resumo histórico do nascimento do movimento social de travestis e transexuais do Brasil. Picos: [S/N], 2021.

TOMAZ, Kleber. Polícia de SP investiga se há relação entre atentados contra três

parlamentares trans do PSOL. **G1** São Paulo. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/01/policia-de-sp-investiga-se-ha-relacao-entre-atentados-contra-3-parlamentares-trans-do-psol.ghtml. Acesso em: 09 set. 2024.

V CONGRESSO
NACIONAL DA
ABRAFH
Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas

Carta de Salvador



A Carta de Salvador é uma declaração pública emitida pelo V Congresso Nacional da Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas – ABRAFH, realizado na Faculdade de Administração da Universidade Federal da Bahia, em Salvador (BA), reunindo representantes dos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e do Distrito Federal, fortalecendo a diversidade regional e nacional do encontro.

Com o lema "A tua família é tão valiosa quanto a minha, vamos nos respeitar?", a presente Carta expressa os enunciados que traduzem as diretrizes para promover a visibilidade e os direitos das famílias homotransafetivas, nortear as ações da ABRAFH em todo o país e alertar para a urgência da implementação e fortalecimento de políticas públicas.

Estamos em ano de eleições majoritárias e diante da possibilidade de uma renovação significativa do Poder Legislativo, considerando que cada estado deverá preencher duas cadeiras no Senado. Tratamos da oportunidade ímpar de reverter o projeto de resistência do legislativo ao avanço das pautas LGBTI+.

Recordamos que há 15 anos, o Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento de que as uniões LGBTI+ são entidades familiares. A partir dessa decisão, pudemos casar, deixar herança, adotar e usufruir de inúmeros direitos atribuídos apenas às conjugalidades cisheteroafetivas.

Entretanto, desde 2011 diversas legislaturas passaram sem que a conquista jurisprudencial fosse transformada em lei. A prevalência da composição de matriz conservadora opera com resistência à consolidação dos direitos nas duas casas do Congresso Nacional.

Defendemos que o Congresso Nacional avance na consolidação legislativa dos direitos já reconhecidos pelo Supremo Tribunal Federal, garantindo segurança jurídica às famílias homotransafetivas e impedindo retrocessos motivados por fundamentalismos políticos ou religiosos incompatíveis com os princípios constitucionais da laicidade do Estado e da dignidade da pessoa humana.

A democracia somente se fortalece quando reconhece a pluralidade das famílias brasileiras e assegura a todas elas o pleno exercício da cidadania. Não há Estado Democrático de Direito verdadeiro quando famílias LGBTI+ seguem expostas

à violência, à invisibilidade institucional e à ausência de políticas públicas capazes de garantir proteção, dignidade e igualdade material.

Reiteramos o apelo pelo reconhecimento e respeito às diversas formas de amor e parentalidade, incluindo famílias homotransafetivas. Reconhecemos e celebramos a diversidade de orientações sexuais, identidades e expressões de gênero presentes em nossa sociedade. Comprometemo-nos a promover a visibilidade e os direitos das pessoas LGBTI+ em todas as esferas da vida.

Acreditamos que todas as famílias, independentemente de sua configuração, merecem ser respeitadas e protegidas, conforme os fundamentos constitucionais, incluindo todas as formas de famílias, inclusive as denominadas tradicionais, desde que se baseiem no respeito mútuo e na convivência democrática, sem qualquer forma ou tipo de violência.

Acreditamos que a valorização da convivência familiar também passa pela construção de relações de trabalho mais humanas, equilibradas e compatíveis com a dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, defendemos o avanço de debates democráticos sobre modelos de jornada que garantam mais qualidade de vida, saúde mental, tempo de cuidado, convivência e bem-estar para todas as famílias brasileiras.

Não queremos destruir a família de ninguém. Queremos amar nossas famílias e construí-las a partir das nossas singularidades e subjetividades. Reafirmamos que é fundamental garantir a crianças e adolescentes uma vida digna, livre de exploração sexual, sexualização precoce e qualquer forma de abuso. Somos totalmente contra a pedofilia e sexualização de crianças e adolescentes (Art. 217-A do Código Penal).

É necessário enfrentar com firmeza a disseminação de desinformação e discursos de ódio que tentam associar pessoas e famílias LGBTI+ a ameaças morais inexistentes. Tais narrativas não apenas desumanizam milhões de brasileiros, como também alimentam a violência política, social e simbólica contra pessoas LGBTI+, especialmente crianças, adolescentes, pessoas trans e travestis e suas famílias.

Podemos afirmar que reconhecer essas famílias não ameaça outras formas familiares, mas amplia a dignidade humana, a cidadania e os direitos. Também é essencial destacar os desafios enfrentados pelas famílias homotransafetivas, que ainda convivem com exclusão e violência, reforçando a necessidade de políticas públicas de acolhimento, respeito e proteção.

Reafirmamos que políticas públicas voltadas à população LGBTI+ não representam privilégios, mas instrumentos de reparação histórica e promoção da igualdade. O acesso à saúde, educação, assistência social, empregabilidade, segurança pública e justiça deve considerar as especificidades vividas pelas famílias LGBTI+, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade social.

Defendemos uma política de saúde integral para a população LGBTI+, garantindo acesso digno, humanizado e sem discriminação à saúde física, mental, sexual e reprodutiva.

É fundamental fortalecer políticas específicas para pessoas trans, com ampliação do acesso à hormonização, acompanhamento especializado, saúde mental, inclusão social e apoio ao Programa de Atenção Especializada à Saúde para a População Trans (PAES-Pop Trans), reconhecendo a cidadania e a dignidade dessa população.

Também consideramos urgente fortalecer as políticas de prevenção e assistência ao HIV/aids e às ISTs, ampliando o acesso à informação, preservativos, testagem, PEP e PrEP, além de garantir tratamento e acolhimento de qualidade para todas as pessoas que vivem com HIV. Cuidar da saúde integral da população LGBTI+ é também cuidar das famílias homoafetivas e das redes de afeto, promovendo mais dignidade, igualdade e qualidade de vida.

A educação tem um papel fundamental no desenvolvimento humano, na formação da cidadania e na preparação para o mundo do trabalho. Por isso, defendemos que os ambientes educacionais sejam espaços de respeito, acolhimento e valorização da diversidade, garantindo que estudantes, mães, pais e responsáveis LGBTI+ sejam reconhecidos em sua identidade de gênero, orientação sexual e composição familiar, sem qualquer forma de discriminação.

Propomos o fortalecimento de políticas educacionais inclusivas, com produção de material didático, incentivo às pesquisas e formação continuada de profissionais da educação para o respeito a todas as configurações familiares. Nenhuma pessoa pode ser excluída do direito à educação, e a escola deve ser um espaço de convivência democrática, combate ao preconceito e promoção dos direitos humanos.

Destacamos a importância do cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990), que assegura a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes. Nesse sentido, o coletivo deste V Congresso denuncia a

urgência de rompimento da dimensão racista, eugênica e capacitista instaurada na miríade de escolhas do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNAA), sob cuidados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Nos preocupa o detalhamento ofertado às famílias habilitantes para definição do perfil de crianças/adolescentes a serem adotadas, tais como raça, sexo de nascimento, condições de saúde e deficiências. Isso é contraditório com a premissa do melhor interesse das infâncias. Assim, enfatizamos que não se deve buscar uma criança para uma família, mas sim uma família que possa adotar sem condicionalidades.

A produção acadêmica demonstra que não existe um único modelo legítimo de família. Petzold (1996), por exemplo, identifica 196 diferentes tipos de arranjos familiares, evidenciando que o modelo nuclear, composto por pai, mãe e filhos biológicos, não é suficiente para compreender a complexidade das relações familiares contemporâneas, que também incluem vínculos constituídos pela afinidade, pelo afeto e pelas redes de cuidado e convivência.

Historiadores e cientistas sociais demonstram que as famílias homoafetivas e transafetivas não são uma invenção contemporânea, mas parte da diversidade humana ao longo da história. Mesmo diante da perseguição e do apagamento, pessoas LGBTI+ sempre construíram relações de afeto, cuidado, solidariedade e pertencimento, mostrando que família também é espaço de amor, proteção e projeto de vida coletivo.

Mas precisamos avançar com o suporte acadêmico-científico, incentivando que pesquisadores se dediquem às questões que envolvem as famílias LGBTI+ e as infâncias em posição de dissidência de gênero e sexualidade.

É indispensável fortalecer mecanismos de participação social e controle democrático para que pessoas LGBTI+ possam ocupar espaços de formulação de políticas públicas, produção acadêmica, comunicação social e representação política institucional. Nenhuma democracia será completa enquanto corpos, afetos e famílias continuarem sendo alvo de exclusão e silenciamento.

Defender as famílias LGBTI+ é defender a Constituição Federal, os direitos humanos e o próprio princípio da dignidade humana. O Brasil não pode permitir que o medo, o extremismo ou a intolerância substituam o diálogo democrático, o respeito às

diferenças e a construção coletiva de uma sociedade mais justa, segura e verdadeiramente plural.

Esta Carta expressa os princípios e diretrizes que nortearão as ações da ABRAFH em todo o país, e serve como um chamado à ação para a promoção da igualdade e justiça para todas as pessoas LGBTI+, porque toda família merece proteção.

Salvador (BA), maio de 2026.

ANEXO 1:

Galeria de fotos





















V CONGRESSO
NACIONAL DA
ABRAFH
Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas